Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 125
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022
ANEXO III

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão – MA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO
INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ref.: Pregão nº 019/2022

Prezado Senhor,

....., inscrito no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE
DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 126
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022
ANEXO IV

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: Pregão nº 019/2022

Prezado Senhor,

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

PM DE AMARANTE
DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 127
Rúbrica:

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022
ANEXO V

"MODELO DE DECLARAÇÃO"

Ilmo. Sr.
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Ref.: Pregão nº 019/2022

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

.....(.....), ... de ..... de .....

_____
Representante Legal

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PMI E AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 128
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022
ANEXO VII

"MINUTA DO CONTRATO"

CONTRATO Nº _____.
PROC. ADM. Nº ____/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE _____ E A EMPRESA _____.

Por este instrumento particular, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA** inscrita no CNPJ sob o nº 06.157.846/0001-16, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) municipal de _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa ....., situada na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... do CPF nº ....., a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de _____, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO E FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2022 e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. A proposta de preços da empresa vencedora passa a integrar este contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL:

3.1. Pelo objeto ora contratado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ _____ (...).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, classificada conforme abaixo especificado:

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 129
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

.....
.....
.....

4.2. Em caso de prorrogação contratual ou alteração dos respectivos créditos orçamentários, as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente, devidamente classificadas em termo de aditamento de contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1. O presente contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá vigência até _____ de _____ de _____

5.2. O prazo de vigência do presente instrumento de contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração até sessenta meses, na forma do artigo 57, inciso II da Lei Federal n°. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1. O recebimento do objeto ora licitado dar-se-á de acordo com o art. 73, II, "a" e "b" da Lei nº 8.666/93.

6.2. O recebimento e atestado do fornecimento dos produtos dar-se-á por comissão ou servidor designado pela Secretaria Municipal de _____, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a qualidade, assiduidade, pontualidade e quantidades solicitadas na ordem de fornecimento/serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mensalmente, dentre os 10 (dez) primeiros dias úteis do mês subsequente, mediante apresentação do documento hábil que comprove a entrega dos serviços, e apresentação de Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (1. Certidão Conjunta Quanto aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da CONTRATADA e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal, diretamente na conta que o fornecedor apresentar no ato da contratação, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas;

7. 1.1 Banco: .....

7. 1.2 Agência: .....

7. 1.3 Conta: .....

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE
DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 130
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

7.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.3. A fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7.4. Para cada ordem de fornecimento, a contratada deverá emitir nota fiscal/fatura correspondente a mesma.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Seguridade Social e Tributos Federais, conforme item 7.1 desta cláusula.

7.6 Não haverá distinção entre condições de pagamento para empresas brasileiras e estrangeiras.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

8.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, inciso II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

9.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE PAGAMENTO:

10.1. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva da contratante, no prazo estabelecido neste instrumento, ressalvado o contido no item 7.3 da cláusula sétima, ensejará a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial
INI = IGP-M/FGV na data inicial
INF = IGPM/FGV na data final

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) nº 131
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:

11.1. Os preços contratados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

11.1.1. Os preços contratados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da assinatura do contrato.

11.1.2. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços contratados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor competente desta Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1. A contratante indicará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da qualidade dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

14.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Fornecer o objeto conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2 Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24hrs (vinte e quatro) horas prorrogável por iguais e sucessivos períodos com apresentação das devidas justificativas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega;

14.1.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à administração ou a terceiros;

14.1.4 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a entrega dos produtos, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE
DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 132
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

14.1.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

14.1.6 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

14.1.7 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos produtos/serviços;

14.1.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

14.2. A **CONTRATANTE** se obriga a:

14.2.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa fornecer os produtos de acordo com as determinações do Termo de Referência;

14.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;

14.2.5. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, na forma do contrato;

14.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

15.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente contrato, a Administração da entidade contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a

PM DE AMARANTE
DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 133
Rúbrica:

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documentos equivalentes que dela poderão advir, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento deste Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

16.3. As sanções previstas no inciso I e no parágrafo primeiro desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos "II" e "III", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao cadastro de fornecedores da entidade contratante, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ILÍCITOS PENAIS:

17.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 134
Rúbrica:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

18.1. A troca eventual de documentos entre a contratante e a contratada, será realizada através de protocolo.

18.1.1. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:

19.1. Os casos omissos serão resolvidos às luzes da Lei nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DESTE INSTRUMENTO

20.1 Em conformidade com o Artigo 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a publicação resumida deste instrumento de contrato e seus aditamentos (se houver), será efetuada na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Amarante do Maranhão - MA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

Amarante do Maranhão/MA, ... de ..... de .....

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA
Secretaria Municipal de xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxx
Contratante

.....
Sr. .....
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____ CPF nº _____

Nome: _____ CPF nº _____

PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 135
Rúbrica:

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2022
PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando a Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço.

Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022.

Clebio Cardoso Pinheiro
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA DE AMARANTE
UM NOVO TEMPO

PÁGINA NUMERO: 0133

PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 136
Rubrica

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRÂNDIA – MA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022 A Câmara Municipal de Palmeirândia – MA, torna público para conhecimento dos interessados que realizara Licitação na forma da Lei Federal N 8.666/93, da Lei complementar n 147/2014 e demais normas Pertinentes a espécie, modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, tendo por objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para reforma do Prédio e pavimentação em bloquete para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeirândia/MA, data da abertura: 12 de agosto de 2022, às 09:30 (nove horas e trinta minutos). A íntegra do Edital juntamente com seus anexos estará disponível na sala da Câmara Municipal na Av. João Pinheiro, s/n, Bairro Belira, Palmeirândia - MA CEP: 65.238-000, E-mail: cmplpalmeirandia@gmail.com, no horário de 08:00 às 12:00 horas, onde poderão ser lidos e retirados gratuitamente impressos ou ainda através de midia eletrônica, maiores informações cplpalmeirandia2022@gmail.com. Palmeirândia – MA, 21 de julho de 2022. Rayssa Pereira Campos.Presidente da Câmara.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA

Referente: RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO 01052022001/2022, DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO 06/2022. A Câmara Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS/MA. Torna público o resultado do DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022, que teve como objeto o Contratação de empresa para o fornecimento de FORNECIMENTO DE MOVEIS para a Câmara Municipal de SÃO JOÃO DOS PATOS - MA, tendo assim por vencedoras desta licitação a empresa: R. G. PONCION - ME, CNPJ Nº 19.675.781/0001-42, no valor de R$ 33.020,85 (Trinta e três mil vinte reais e oitenta e cinco centavos). Declaramos então as empresas supra como vencedoras do DISPENSA ELETRONICA DE LICITAÇÃO 06/2022. SÃO JOÃO DOS PATOS/MA, 28 de junho de 2022. Francisco James Barbosa Lima, Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2022 – REGISTRO DE PREÇOS O Município de Açailândia por meio da Prefeitura Municipal e pregoeiro oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 09 de agosto de 2022 às 09:00h (nove horas) horário de Brasília, licitação para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº 043/2022, do tipo Menor Preço (por item), modo de disputa "aberto e fechado", cujo objeto é o Registro de preços visando a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a aquisição de materiais e instrumentos musicais, de interesse da Secretaria Municipal de Cultura, nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e ulteriores alterações, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019 ulteriores alterações, do Decreto Municipal nº 149/2020 e ulteriores alterações, Decreto Municipal nº 150/2021 e ulteriores alterações, Decreto Municipal nº 027/2022 e ulteriores alterações e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital. A Sessão Pública será realizada através do site https://www.licitanet.com.br e conduzida pelo PREGOEIRO, na sala da COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO, na sede da Prefeitura Municipal de Açailândia, com sede à Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Cep 65.930-000, Açailândia-MA. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação. Comissão Central de Licitação, Açailândia/MA, 25 de julho de 2022. Yago Souza Nunes Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2022 – REGISTRO DE PREÇOS O Município de Açailândia por meio da Prefeitura Municipal e pregoeiro oficial, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 10 de agosto de 2022 às 09:00h (nove horas) horário de Brasília, licitação para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico nº 044/2022, do tipo Menor Preço (por item), modo de disputa "aberto e fechado", cujo objeto é o Registro de Preços visando eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de eletroeletrônicos, de interesse desta Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.520/02, Lei nº 123/2006 e ulteriores alterações, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 134/2015, Decreto Municipal nº 136/2015, Decreto Municipal nº 155/2019 ulteriores alterações, do Decreto Municipal nº 149/2020 e ulteriores alterações, Decreto Municipal nº 150/2021 e ulteriores alterações, Decreto Municipal nº 027/2022 e ulteriores alterações e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas pertinentes à espécie, e as exigências estabelecidas neste Edital. A Sessão Pública será realizada através do site https://www.licitanet.com.br e conduzida pelo PREGOEIRO, na sala da COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO, na sede da Prefeitura Municipal de Açailândia, com sede à Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações, Cep 65.930-000, Açailândia-MA. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação. Comissão Central de Licitação, Açailândia/MA, 25 de julho de 2022. Yago Souza Nunes Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 15 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando Registro de Preços para eventual prestação dos serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão – MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) **ás 13**:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 16 de Agosto de

PÁGINA NUMERO: 0134
PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 137
Rúbrica:

2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando a Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) **ás 13**:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site:https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 14:00hs (catorze) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para realizar serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva em todos os logradouros públicos, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Indices da Construção Civil – SINAPE-MA, no Municipio de Amarante do Maranhão - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) **ás 13**:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 17 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando Registro de Preços para eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados e maquinas e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânicos, elétricos em geral conforme fabricantes e modelos definidos nos anexos, pertencentes à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) **ás** 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site:https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. **Clebio Cardoso Pinheiro** - Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPURUS - MA

AVISOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2022 - SRP. O Município de Anapurus - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.024/2019, 10.520/02, 7.892/2013 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 09h00min, (Nove horas),(horário de Brasília) do dia 09 de agosto de 2022, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 027/2022, para registro de preços, do tipo menor preço por item, tendo por objeto Registro de Preços para Futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado, preventiva e corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Anapurus/MA. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: http://www.licitanet.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação – CPL, localizada na Av. João Francisco Monteles, nº 2001 – Centro, Anapurus/MA, de segunda-feira à sexta-feira das 08:00 as 12:00 horas. O Edital também pode ser adquirido no site http://www.licitanet.com.br. Anapurus/MA, 22 de Julho de 2022.ALMIR LIMA DA SILVA. Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR - MA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 010/2022. ART. 75, INCISO I, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.O MUNICÍPIO DE LIMA BOM LUGAR, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.611.400/0001-04, através da Secretaria Municipal de Obras, nos termos do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Decreto Municipal n°. 036, de 17 de novembro de 2021, torna público que tem interesse em realizar a : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO EXECUTIVO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE BOM LUGAR/MA, DE CORDO COM O CONVÊNIO Nº 910790/2021 - CODEVASF, na forma descritiva e requisitos constantes no Aviso/Edital e anexos. Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a contratação direta do objeto acima especificado, a Prefeitura TORNA PÚBLICO o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis a contar dessa publicação. A proposta de Preços deverá ser entregue até às 14:00hs (quatorze horas) do dia 02/08/2022, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Bom Lugar, sito a Rua Manoel Severo, s/nº - CENTRO, CEP 65704-000 – Bom Lugar – MA, no horário das 08:00hs às 14:00hs, em dias uteis ou pelo E-mail: pmbllicitacao@gmail.com. O edital/aviso e anexos da Dispensa de Licitação estão a disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas) e no sitio oficial deste poder executivo (www.bomlugar.ma.gov.br), onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e/ou pelo telefone (99) 98545-1546. Bom Lugar – MA, 21 de julho de 2022. Tássio Vinícius Lima de Melo, Secretário Municipal de Administração, Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Obras.

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022. O Município de **Bom Lugar** - MA, através da Prefeitura Municipal de **Bom Lugar**, com base na lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. torna público aos interessados que, fará realizar às 14:00h (quatorze)

AMARANTE - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Quarta, 27 de Julho de 2022 ANO: 3 | Nº 324
ISSN 2764-6653

PMI E AMARANTE DO MARANHÃO - MA 138 Pública:

atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão – MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - Pregoeiro Municipal.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro
Código identificador: 028sboys7kp20220727160702

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando a Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/
Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - Pregoeiro Municipal.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro
Código identificador: whgt9bsrs6120220727160743

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal n° 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar n° 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal n° 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 14:00hs (catorze) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para realizar serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva em todos os logradouros públicos, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Indices da Construção Civil – SINAPE-MA, no Município de Amarante do Maranhão - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.
Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - Pregoeiro Municipal.

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro
Código identificador: 12lxfwldcqq20220727160716

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS -

PÁGINA NUMERO: 0136
PM DE AMARANTE DO MARANHÃO - MA
FL (S) Nº 139
Rúbrica:

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 15 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando Registro de Preços para eventual prestação dos serviços de confecção de prótese dentaria total e parcial convencional odontológica (superior e inferior), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão – MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando a Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 14:00hs (catorze) do dia 16 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada para realizar serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva em todos os logradouros públicos, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil – SINAPE-MA, no Município de Amarante do Maranhão - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. Clebio Cardoso Pinheiro - **Pregoeiro Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 - PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS - Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, com sede na Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro. CEP: 65923-000 – Amarante do Maranhão/MA, através do seu Pregoeiro Municipal, instituído pela Portaria nº 016/2022 - GAP de 04 de março de 2022, torna público que, com base na Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Municipal 018/2021, art. 15 da Lei nº 8.666 regulamentado pelo Decreto Municipal 019/2021, Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 017/2021 e demais normas atinentes à espécie, realizará às 09:00hs (nove horas) do dia 17 de Agosto de 2022, a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, por Item, objetivando Registro de Preços para eventual aquisição de peças e acessórios automotivos originais ou genuínos e novos, para veículos categorizados como leves, pesados e maquinas e prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânicos, elétricos em geral conforme fabricantes e modelos definidos nos anexos, pertencentes à frota de veículos da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA. Este Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) ás 13:00hs (treze horas), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço. Amarante do Maranhão (MA), 27 de Julho de 2022. **Clebio Cardoso Pinheiro** - Pregoeiro Municipal.

COMUNICADO

PNEUS SANTA ELENA EIRELI CNPJ: 09.578.643/0001-91 PNEUS SANTA ELENA EIRELI, CNPJ 09.578.643/0001-91, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente Recursos Hídricos- SEMMARH, em 22/07/2022, a Licença Ambiental de Regularização (LAR) para a atividade comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (pneus escapados), município de Imperatriz-MA, conforme dados constantes no processo nº 4563/2022.

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA)
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2022 – CPL OBJETO: Aquisição de kits de enxoval para as gestantes acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. **ABERTURA:** 09 de Agosto de 2022 às 08:00 horas. **ENDEREÇO:** Rua Padre Cicero nº 51 Centro – São Francisco do Brejão – MA. **TIPO LICITAÇÃO:** Menor Preço Global. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** O Edital e seus anexos poderão ser consultados gratuitamente por meio do site www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br ou obtidos mediante solicitação ao Pregoeiro por meio de e-mail prefeiturabrejao2021@gmail.com e, ainda, por meio presencial, mediante o pagamento no valor de R$ 20.00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, estando disponível para atendimento em dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas, na sede da Comissão Permanente de Licitações sito na Rua Padre Cicero nº 51, Centro, São Francisco do Brejão – MA. **LUCAS SILVA ALENCAR - PREGOEIRO**

ORAÇÃO A SANTO EXPEDITO

Festa 19 de abril. Comemora-se todo dia 19.

Se você está com algum PROBLEMA DE DIFÍCIL SOLUÇÃO e precisa de AJUDA URGENTE, peça esta ajuda a Santo Expedito que é o Santo dos Negócios que precisam de Pronta Solução e cuja Invocação Nunca é Tardia.

ORAÇÃO – Meu Santo Expedito das Causas Justas e Urgentes, Socorrei-me nesta Hora de Aflição e Desespero, intercedei por mim junto ao Nosso Senhor JESUS CRISTO! Vós que sois um Santo Guerreiro, Vós que sois o Santo dos Aflitos, Vós que sois o Santo dos Desesperados, Vós que sois o Santo das Causas Urgentes, Protegei-me, Ajudai-me, Dai-me Força, Coragem e Serenidade. Atendei ao meu pedido: "Fazer o pedido". Ajudai-me a superar estas Horas Difíceis, protegei-me de todos que possam me prejudicar, Protegei a Minha Família, atendei ao meu pedido com urgência. Devolvei-me a Paz e a Tranqüilidade. Serei grato pelo resto da minha vida e levarei seu nome a todos que têm fé. Muito Obrigado, meu Santo Expedito!

Rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria e fazer o Sinal da Cruz.

Em agradecimento, mandei publicar e distribuí um milheiro desta oração, para propagar os benefícios do grande Santo Expedito. Mande você também publicar imediatamente após o pedido.

HORÓSCOPO

By Isabel Mueller

ÁRIES O seu dia tende a fluir, mesmo com alguns pequenos obstáculos, mas nada te amedronta ou é o fim do mundo. Sua comunicação está em alta, então aproveite para fazer pontes e resolver as coisas por meio do diálogo e da paciência. Tome cuidado com a falta de foco e a dificuldade de organizar os seus pensamentos.

TOURO O dia pode trazer facilidade de resolver, de agir e de fazer as coisas na prática, então a produtividade está no ar para você. Seja organizado e use a sua criatividade, mas não se perca em coisas sem objetividade. Existirá prosperidade se você conseguir materializar suas ideias. Saiba impor limites.

GÊMEOS O dia pode te desafiar a buscar coragem e motivação interna. Tome cuidado com a depressão ou a apatia, que podem levar você a procrastinar e voltar à estaca zero. Cuide mais da sua saúde e tenha coragem de mudar, caso seja necessário. Conversar com alguém pode ajudar e trazer mais ânimo.

CÂNCER O dia pode trazer a necessidade de se manter mais otimista; nem sempre é fácil fazer isso, por isso abrace as suas emoções. Alguma briga pode acontecer — ou até um plano pode não dar certo, então você terá que criar uma saída de última hora. Manter a calma é importante para lidar com os altos e baixos do dia de hoje.

LEÃO O dia pode trazer dúvidas e incertezas, mas é importante saber parar e refletir antes de agir. Tome cuidado com a tendência a levar o dia no piloto automático, fazendo coisas que há tempos não fazem mais sentido, porém falta coragem para uma mudança. O dia traz o novo e a busca por sabedoria.

VIRGEM O dia pode trazer questões emocionais para serem resolvidas. O dia também traz a tona talentos ou potenciais que estavam adormecidos, bem como coisas do passado que podem ser resgatadas para que você tenha mais bem-estar e satisfação. é possível que algo se estabeleça na sua rotina e até mesmo ganhe espaço.

LIBRA O dia pode trazer a necessidade de você se estabilizar, resolver coisas da rotina e não buscar criar mais problemas ou se responsabilizar por novas tarefas. Tome cuidado com gastos desnecessários, pois o momento pede mais economia. Além disso, fique atento com prejuízos que vão trazer mais preocupações.

ESCORPIÃO O dia pode trazer muita ajuda das pessoas, além de muita troca. Existe amparo, resgate e generosidade — e tudo isso fortalece suas relações e seus vínculos afetivos, inclusive novos amigos podem ser conquistados. Vale a pena sacrificar seus desejos pessoais em prol da coletividade.

SAGITÁRIO O dia pode trazer uma grande lentidão. Pode existir tédio, preguiça ou uma necessidade de descansar devido ao desgaste energético dos últimos dias. Escutar o corpo é importante, bem como buscar se renovar. O contato com pessoas da família ou com amigos íntimos pode fazer bem. Podem surgir visitas inesperadas.

CAPRICÓRNIO O dia pode trazer certa preguiça mental ou falta de clareza para encontrar as melhores soluções para tudo. Se você se mantiver calmo e equilibrado, será possível avançar em relação às suas ideias ou tarefas pendentes com grande coragem, tirando várias coisas da frente. Tome cuidado com ansiedades e agressividades.

AQUÁRIO O dia pode trazer a tendência a sabotar suas ações, portanto tome cuidado com o desânimo e a dificuldade de ver aprendizados ocultos em cada situação. Sua mente pode te enganar ou trazer medos, o que fará você focar demais no lado negativo de tudo. Busque acreditar mais em si mesmo.

PEIXES O dia potencializa sua popularidade e seu magnetismo, portanto o romance pode vir com tudo, então evite as ilusões. Além disso, a sua criatividade está alta e você deve aproveitar. As relações antigas podem ter renovação afetiva. Saia um pouco da rotina para aproveitar este dia.

TJMA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
COMARCA DE IMPERATRIZ/MA
3ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA e DECISÃO

PROCESSO Nº. 3438-36.2015.8.10.0040
PARTE RÉ: LUCAS SILVA LIMA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

O Doutor **Paulo Vital Souto Montenegro** MM. Juiz de Direito, respondendo pela 3ª Vara Criminal desta Comarca de Imperatriz, na forma da lei, etc. faz saber a todos, pelo presente edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, que deve conhecimento tiverem, no processado que responderá nesta pauta, em que o Autor o Ministério Público, por intermédio de JOE, casado, do CTB, foi intimado à parte de **LUCAS SILVA LIMA**, brasileiro, estudante, CPF nº. 057.150.563-03, nascido em 22.11.1994, natural de Imperatriz/MA, filho de Evaldo Teixeira Lima e de Vanusa Lopes Silva, atualmente em local incerto e não sabido, que por tudo Juízo e 3ª Secretaria Judicial Criminal, foi proferida a sentença penal cuja parte dispositiva final segue abaixo transcrita: "Isto o exposto, acolho parcialmente, para declarar **EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu LUCAS SILVA LIMA**, em relação ao fato descrito no art. 89, 5º, da Lei nº 9.099/95. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e no registro. Sem custas e despesas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Imperatriz/MA, 07 de abril de 2022. José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior Juiz de Direito e **DECISÃO/MANDADO** Trata-se de pedido de restituição de fiança formulado a fl. 82 por LUCAS SILVA LIMA, em razão da extinção da punibilidade pela integral cumprimento da suspensão condicional do processo. Compulsando os autos, verifica-se que o requerente efetuou o pagamento da fiança, conforme consta a fl. 31, tendo ao final sido extinta a sua punibilidade, fazendo jus, portanto, à restituição desta caução. Nesse sentido, é firme na jurisprudência que, em havendo comprovação do recolhimento da fiança e absolvição do acusado com sentença transitada em julgado, sua restituição é medida que se impõe. No mesmo sentido: [...] Se o réu recolheu fiança durante o processo e, por fim, restou absolvido, com decisão transitada em julgado, deve ser determinada a restituição do respectivo valor, nos termos do art. 337 do CPP. (TJ MG. ED. 1070210078463002 MG. Relator: Jaubert Carneiro Jaques. Data de Julgamento: 27/03/2018. Data de Publicação: 09/04/2018). Ante o exposto, DEFIRO o pedido para determinar a restituição da fiança prestada no valor de R$ 300.00 (trezentos reais), para LUCAS SILVA LIMA, mediante termo nos autos, assinado pelo referido requerente, com fundamento nas arts. 115 e 120, do Código de Processo Penal. CIÊNCIA DA PRESENTE DECISÃO SERVE COMO MANDADO E TERMO DE RESTITUIÇÃO DA FIANÇA. Ciência ao Ministério Público e à Defesa do acusado. Intimem-se o requerente e a defesa. Translade-se em julgado, arquivem-se. Imperatriz/MA, 12 de julho de 2022. PAULO VITAL SOUTO MONTENEGRO Juiz de Direito respondendo". Para que chegue ao conhecimento do referido réu mandei publicar este **EDITAL** pela imprensa local e afixado na portaria deste Fórum. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz/MA, na 3ª Secretaria Judicial Criminal, em 25 de julho de 2022. Eu, _____, conferi e assinei por ordem judicial.

Paulo Vital Souto Montenegro
Juiz de Direito, respondendo pela 3ª Vara Criminal

Fórum Min. Henrique de La Rocque Almeida
Rua Rui Barbosa, s/nº, Centro, Imperatriz/MA, CEP 65.903-440
Fone: (99) 3529-2925, email varacrim3_ipz@tjma.jus.br

PESTANA LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE - IMÓVEL EM IMPERATRIZ/MA
Acesse o site: leiloes.com.br e participe!

bradesco

Lilliamar Pestana Gomes, Leiloeira Oficial, JUCISRS 168/00, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá, na forma da Lei 9.514/97, nas datas de **11/08/22 (1º leilão) e 18/08/22 (2º leilão)**, ambas às 9h30, o leilão do seguinte lote: **Lote 10 - Imperatriz/MA.** Lot. Pq. do Buriti. Rua 12, 13 (Lt. 13 da Qd. 202). Casa. Áreas totais: const. interna 126,24m² e ter. 330,00m². Mat. 29.621 do 2º RI local. Obs.: Imóvel desmembrado de área maior, em via sem pavimentação. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência do logradouro (Rua 7) e quadra (286) de localização do imóvel que vier a ser apurada no local com a lançada no cadastro municipal e averbado no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Ocupada. (AF). **Lance mínimo: 1º Leilão R$ 398.924,25. 2º Leilão R$ 291.115,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **COND. DE PGTO.:** à vista, mais comissão de 5% à Leiloeira. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE:** mediante cadastro prévio no site da Leiloeira. **OBS.:** O Fiduciante possui direito de preferência de compra, nos termos da lei.

(51) 3535.1000 • imoveis@pestanaleiloes.com.br
Condição de Pagamento e Venda nos sites: banco.bradesco/leiloes e leiloes.com.br

o progresso
EXPRESSÃO REGIONAL
ASSINE E LEIA
Fone: 3525-2278

MURTA
3525-0096/3525-2999
Celular e WhatsApp
98802-0114
IMPERATRIZ
SERVIÇOS DE:
MONITORAMENTO,
ALARME,
CFTV
E CERCA ELÉTRICA
CONFIÁVEIS: SÓ NA MURTA

Dr. Claumir Barros Simões
CRM -MA Nº 382
Pronto Socorro Clínico e Cardiológico
SOCOR
Cardiologia • Clínica Médica
Residência Médica no Hospital dos Servidores do Estado Rio de Janeiro
Curso de Cardiologia na Clínica Quirón, Barcelona - Espanha
Rua Paraíba, 762 • Imperatriz - MA
Fone: 3524-1487

VENDE-SE
VENDE-SE PRÉDIO ONDE FUNCIONA O HOTEL REDENÇÃO, COM 960 m² QUADRADOS, LOCALIZADO NA RUA MONTE CASTELO COM ALAGOAS, SETOR RODOVIÁRIO.
(99) 98111-3090 / 98136-3921 / 99979-5649

viver
Instituto Viver

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 140/2022

ILMO (A) SR (A) Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de Amarante do Maranhão/MA

INSTITUTO VIVER, associação civil de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ n° 21.851.634/0001-28, sediada na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luís - Maranhão, endereço eletrônico contato@iviver.org.br, neste ato representado por seu representante legal, ENIO DA SILVA ROCHA, portador (a) da CI nº018624632001-1 e do CPF nº .183.402.450-15, vem apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

Trata-se o presente Processo Administrativo de certame PREGÃO ELETRÔNICO, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão/MA.

TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do item 4.1 do edital do certame em tela, cabe pedido de impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, como tal disposto:

> 4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

O recebimento das propostas está previsto com prazo limite em 16/08/2022, podendo então ser protocolado qualquer impugnação até o dia 11/08/2022. Assim, resta cristalino que a presente impugnação está DENTRO DO PRAZO PREVISTO EM EDITAL. Portanto, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação

viver
Instituto Viver

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, que regem os atos Administrativos.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, faz-se necessário superar algumas **restrições e ilegalidades presentes no edital do certame**, devido a **exigências abusivas em seu conteúdo**, como demonstra o item 14.3.4, II e III que tratam da qualificação técnica no presente edital, vejamos:

> 14.3.4 Qualificação Técnica
>
> I - Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação consistente em Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
>
> **II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente;**
>
> **III - Comprovação de vinculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato; (grifo nosso)**

Entretanto, as exigências contidas nos itens supracitados, em que as empresas licitantes devem **COMPROVAR NA FASE DE HABILITAÇÃO** a documentação dos profissionais que atuarão na prestação de serviços, juntamente com o comprovante o cadastramento de todos os profissionais no Conselho Competente e vínculo profissional, extrapolam ao exigido em lei e ao convencionado pela jurisprudência atual.

A lei de licitações, em seu Art. 3º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que: § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a

justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

A **exigência prévia de comprovação da documentação de todos os profissionais que atuarão na prestação de serviços e comprovação de vínculo com cada profissional acaba por restringir a competitividade do certame, tornando a exigência ilegal, nos termos da legislação e jurisprudências vigentes**. É de direto e devido a apresentação dos documentos do profissional responsável técnico pela empresa, entretanto, exigir a apresentação da documentação da equipe que irá trabalhar, extrapola os limites pois é inviável e até mesmo ilegal ter um profissional disponível no quadro da empresa, como requer os itens supracitados, sem manter vínculo contratual com o mesmo. Os documentos relativos à qualificação Técnica, exigidos no Art. 30 da Lei 8.666/93, limitam-se a:

> I – Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
>
> II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
>
> III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
>
> IV – Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

A exigência contida no item em questão, **fere o caráter competitivo do certame** por fazer exigências incompatíveis com as reiteradas decisões dos Acórdão 103/2009 do Plenário, o qual aduz à Lei 8.666/1993 em seu artigo 30, §1º, inciso I, que é desnecessário que o profissional possua vínculo, nos termos abaixo:

> REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA RESTRITIVA. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO ENTRE O PROFISSIONAL E O LICITANTE APENAS POR CARTEIRA DE TRABALHO E/OU RELAÇÃO SOCIETÁRIA. MATÉRIA PACIFICADA NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU. POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DO REQUISITO LEGAL MEDIANTE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. FALHA POTENCIALMENTE ENSEJADORA DA ANULAÇÃO DO CERTAME. AVALIAÇÃO DE ELEMENTOS DO CASO CONCRETO QUE ATENUAM AS CONDUTAS DOS GESTORES E APONTAM PARA A NÃO-ADOÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. DETERMINAÇÃO. CIÊNCIA À REPRESENTANTE. ARQUIVAMENTO. É desnecessário, para comprovação da capacitação técnico profissional de que trata o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, que o empregado possua vínculo empregatício, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum. ACÓRDÃO Nº ACÓRDÃO Nº 597/2007-PLENÁRIO REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. **EXIGÊNCIAS DE DOCUMENTOS NA FASE DE HABILITAÇÃO RESTRITIVOS AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.** FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO PREGÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO TC 031.208/2007-2 5 1. **É ilegal a exigência de apresentação de documentos na fase de habilitação que restrinjam o caráter competitivo dos certames licitatórios.** 2. A imposição de registro em entidade de fiscalização profissional deve ser limitada à inscrição no conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante. 3. É desnecessário, para comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, que o empregado possua vínculo empregatício, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum. (...) 5. Verificada a inclusão de cláusulas restritivas ao caráter competitivo do procedimento licitatório, deve a entidade proceder às medidas necessárias com vistas à sua anulação, em prazo fixado por este Tribunal. 4.2.12 Em outras deliberações desta Corte, a questão foi tratada com igual desfecho, e.g. dos Acórdãos nºs 1.110/2007 e 2.192/2007, ambos do Plenário. 4.2.13 Sendo, então, a inabilitação indevida, eis que baseada em cláusula editalícia ilegal, abusiva e restritiva ao caráter competitivo de que deve se revestir os certames licitatórios, resta examinar se o fato do recurso contra a inabilitação ter sido interposto intempestivamente validaria o certame. (TC 031.208/2007-2 LUCAS ROCHA FURTADO Procurador-Geral)

Portanto, resta configurado **que a EXIGÊNCIA da relação de documentos de inscrição e registro de todos os profissionais, juntamente com o comprovante de vínculo profissional com TODOS OS PROFISSIONAIS QUE IRÃO PRESTAR OS SERVIÇOS**

JÁ NA FASE DE HABILITAÇÃO restringe a competitividade do certame por fazer exigências demasiadas e incompatíveis com a finalidade das licitações públicas, através da busca pela proposta mais vantajosa para a administração, pois além de restringir a competitividade do certame, fere a isonomia, a competitividade, a legalidade e a finalidade dos princípios inerentes à administração pública por gerar um ônus desnecessário ao licitante.

A exigência em questão, fere o caráter competitivo do certame por favorecer o julgamento de habilitação de forma incompatível com as reiteradas decisões. A este respeito a jurisprudência determina que:

> INTERESSE MAIOR DA ADMINISTRAÇÃO. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. APELAÇÃO PROVIDA. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados (STJ: REsp n. 1.190.793/SC Relator Ministro Castro Meira DJe de 08.09.2010). 2. Na hipótese, apresentada a Proposta Comercial contendo o desconto ofertado em percentual, cumprindo-se a disposição do item 6.8 do edital de regência do **procedimento licitatório em questão, configura excesso de formalismo, indo de encontro à própria finalidade do certame e ao interesse maior da Administração**, a desclassificação da empresa vencedora, cuja proposta mostrou-se mais vantajosa, por falta de transcrição do desconto ofertado na forma de percentual quando da apresentação da Carta da Proposta Comercial, mormente quando o próprio edital previa a possibilidade de ajustes pertinentes e necessários na mencionada documentação, o que foi, inclusive, devidamente assegurado à empresa mais mal classificada. 3. Sentença reformada. 4. Apelação provida. (TRF-1 - AC: 10118607720184013300, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, Data de Julgamento: 02/12/2019, SEXTA TURMA, Data de Publicação: 13/12/2019)

É inegável que, no presente caso, os itens supracitados são restritivos, que podem acabar por desprestigiar o menor preço dentre os participantes, em desobediência aos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Portanto, resta configurado que há ilegalidade na EXIGÊNCIA, por restringir a competitividade do certame, ferindo a busca pela proposta mais vantajosa para a administração, por afrontar a isonomia, a competitividade, a legalidade e a finalidade dos princípios inerentes à administração pública por gerar um ônus desnecessário ao licitante. Podendo tal comprovações serem elencadas na fase de contratação, sendo efetuada de forma a contrabalancear o princípio do formalismo moderado.

A este respeito a jurisprudência determina que:

> "Indícios de irregularidade levaram o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) a emitir medida cautelar que suspende licitação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para a contratação de empresa prestadora de serviços de plantão médico em várias especialidades. A cautelar foi concedida pelo conselheiro Fernando Guimarães em 26 de outubro e homologada na sessão do Tribunal Pleno da última quinta-feira (9 de novembro). O TCE-PR acatou representação formulada pela empresa Medicar Emergências Médicas Ltda. em face do edital do pregão presencial nº 181/17 da que. a representante alegou que **RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE DO CERTAME AS EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS PARA A QUALIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES, COMO A APRESENTAÇÃO, JÁ NA FASE DE HABILITAÇÃO, DA LISTA DOS PROFISSIONAIS QUE IRÃO DIRETAMENTE PRESTAR OS SERVIÇOS.** Outras exigências contestadas são a de que a empresa contratada tenha registro no Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR); de atestado expedido por hospital, declarando a execução satisfatória de serviços em relação a cada profissional a ser disponibilizado; e a de certidão negativa de conduta ético profissional, expedida pelo CRM-PR, de todos os profissionais que prestarão os serviços. **O CONSELHEIRO DO TCE-PR AFIRMOU QUE AS EXIGÊNCIAS FIXADAS NA FASE DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO DEVEM SER MÍNIMAS, VISANDO UNICAMENTE À VERIFICAÇÃO GERAL DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DE UM SERVIÇO, PARA BUSCAR**

viver
Instituto Viver

> **AMPLA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME.** Guimarães ressaltou que é devida, para habilitação, o registro da empresa licitante junto a qualquer seccional do Conselho de Medicina, sendo que a inscrição no CRM-PR deveria ser cobrada apenas no momento da contratação da empresa vencedora. Ele também **CONSIDEROU INADEQUADA A EXIGÊNCIA DA RELAÇÃO DE TODOS OS PROFISSIONAIS QUE IRÃO PRESTAR OS SERVIÇOS JÁ NA FASE DE HABILITAÇÃO.** O relator ainda destacou que não poderia ter sido exigido atestado relativo a cada um dos profissionais que diretamente prestarão os serviços, pois a licitação não envolve o emprego de técnicas especiais. Assim, ele considerou necessária a suspensão da licitação no estado em que se encontra." (Cautelar suspende licitação da UEL para contratar serviço de plantão médico. https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/cautelar-suspende-licitacao-da-uel-para-contratar-servico-de-plantao-medico/5541/N 13 de novembro de 2017)

Resta claro que a obrigatoriedade contida no item 14.3.4, II e III do edital do Pregão 019/2022, **restringe a competitividade do certame, tendo em vista que as exigências excessivas para a qualificação das empresas licitantes, como a apresentação, já na fase de habilitação, dos documentos dos profissionais que irão diretamente prestar os serviços e vínculo empregatício dos mesmos,** gera ilegalidades que afrontam os princípios inerentes aos certames licitatórios, como citados em linhas pretéritas, devendo as mesmas serem retiradas, para que o procedimento transcorra de acordo com os ditames da lei e da jurisprudência pacificada em plenário do TCU.

Ademais, o art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

> Art. 50. **Os atos administrativos deverão ser motivados,** com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
>
> I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
>
> II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
>
> III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
>
> IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Ocorre que, diferentemente do previsto, itens impugnados foram definidos sem qualquer motivação ou critério, **não sendo motivada** legalmente os fundamentos da sua exigência.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

> *"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos".* (in Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei. Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

> ACÓRDÃO EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - **MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. **O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03**. No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a

possibilitassem comprovar a licitude nas cobranças impugnadas. **Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre.** Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) **o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido** e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL , Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário: 20/04/2017)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo, com a sua imediata revisão dos itens 14.3.4, II e III, **do edital** Pregão Eletrônico 19/2022.

PEDIDOS

Diante do exposto, requer a impugnante a **imediata retificação do** item 14.3.4 II e III **do edital** Pregão Eletrônico 19/2022, deflagrado como Processo Administrativo 140/2022, promovido pela Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão/MA, **para que seja retirado a exigência ilegal de apresentar, EM SEDE DE HABILITAÇÃO, o comprovante de inscrição e registro de cada profissional junto ao Conselho competente, bem como comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa, tendo em vista conferir caráter restritivo ao certame e TAIS EXIGÊNCIAS SEREM LEGÍTIMAS APENAS EM SEDE DE CONTRATAÇÃO,** considerando a inequívoca presença de ilegalidades capazes de macular todo o certame, bem como causar prejuízo ao erário, conforme levantado nesta peça.

Notifique-se as demais licitantes, dê-se publicidade.

Nestes Termos. Pede Deferimento.

São Luís - MA, 10 de agosto 2022.

INSTITUTO VIVER:21851634000128

Assinado de forma digital por INSTITUTO VIVER:21851634000128
Dados: 2022.08.10 13:15:02 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Representante Legal

viver
Instituto Viver

REQUERIMENTO

ILMO SENHOR OFICIAL DO 2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE SÃO LUÍS – MARANHÃO

DR. THYAGO RIBEIRO SOARES

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, brasileira, casada, professora, RG 000014424593-0 SSP/MA, CPF 760.871.153-15, residente e domiciliada à Rua do Aririzal, n. 190, Cond. Ferrazzi, casa 79, Jardim Eldorado, São Luís/MA, CEP 65.067-190, na qualidade de representante legal do **INSTITUTO VIVER** vem, respeitosamente, à sua presença, requerer o arquivamento dos atos, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, arts. 526, 527 e seguintes, instruindo o pedido com as vias que se seguem e demais documentos legalmente exigidos.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

3º OFICIO DE NOTAS

São Luís – MA, 31 de maio de 2021

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Diretora-Presidente

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Av. dos Holandeses, loja 36, quadra 36, Sitio Pinto do Amaral - Calhau - São Luís - MA
Tel.(98) 3131-4411 | (98) 98146-3635 www.tabelionatoms.com.br

Reconheço por SEMELHANCA a(s) firma(s) de:
[0198232]-SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 4,63, FERC: R$ 0,13, FADEP: R$ 0,18, FEMP: R$ 0,18. Total: 5,12 Em test° da verdade São Luis - MA, 24/06/2021 10:06:54 SELO: RECFIR029983H41P1CKEHN26I014 ANA LETICIA CHAGAS FRAZAO - ESCREVENTE AUTORIZADA Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA, CEP 65.075-820

Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

viver
Instituto Viver

Cartório RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653
0001

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

DATA, HORA E LOCAL DE PRESENÇA:

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2021, em primeira convocação às 08 horas atendendo ao Edital de Convocação de 05/05/2021, devidamente afixado na sede social, com endereço na Av. do Vale, n. 09, quadra 23, Jd. Renascença II, Ed. Carrara, sala 409, São Luís/MA, CEP 65075-820, os associados do Instituto Viver ("Instituto"), conforme lista de presença anexa a esta ata (Anexo II) nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto:

ORDEM DO DIA:

a. Alteração do Estatuto Social do Instituto Viver;
b. Apreciar novo local para sede;
c. Apreciar criação de Filial no Rio Grande do Norte;
d. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
e. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço;
f. Eleição do Conselho da Diretoria Executiva.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a direção dos trabalhos a Senhora Sheyla Yonara Dantas de Farias, Presidente atual conforme dispositivo estatutário nos termos do art. 34 do estatuto social vigente, convidou a associada Senhorita Rossana Karen Bezerra Correa para secretariá-la que coube a tarefa de registrar a ata.

DELIBERAÇÕES:

Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto Social vigente, a Senhora Presidente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Extraordinária, deu boas vindas a todos os presentes e dando atendimento à ordem do dia tomando as seguintes deliberações:

No que condiz a ordem do dia esclareceu-se acerca das mudanças e alterações no Estatuto para aprimoração. Foram discutidas as alterações e elucidado os questionamentos. Face ao disposto a Presidente fez a leitura do Estatuto com as devidas alterações, da qual foi aprovado por unanimidade.

Também foi apresentado proposta de mudança da sede do Instituto, analisando-se custo benefício, localização e espaço métrico. Tendo em vista algumas opções e ponderando cada imóvel, decidiu-se pelo imóvel que está no Centro Comercial Pátio Aririzal, localizado na Rua do Aririzal n° 39, sala 15, Turu, São Luís/MA, CEP: 65066-265, para nova sede do Instituto Viver.

No que tange a ordem do dia, houve a apreciação da viabilização da criação de Filial no Rio Grande do Norte, da qual foram discutida a necessidade, mas nada houve que abonasse a negativa de previsão de Filial do Instituto Viver naquele Estado pelo membros e associados, ficando registrada previsão para tal.

Continuando, foram apresentados o relatório anual da Diretoria, as contas e o balanço de 2020, apresentado também ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas no exercício de 2020, da qual foram prontamente apreciadas, discutidas e como nada houve que se questionasse, prontamente decidiu-se pela Homologação e Aprovação pela Diretora Presidente e os todos presentes.

Por fim, tendo em vista que conforme o artigo 29, parágrafo 2°, as eleições da Diretoria ocorrerão a cada dois anos e a última eleição ocorreu em 25 de julho de 2019, por tal, será feita nova eleição da diretoria executiva.

Os presentes foram convidados a candidatarem-se aos cargos então para mandado de 02(dois) anos, que findará em maio de 2023, a começar pelo cargo de Diretor Presidente, Diretor Administrativo, Tesoureiros, Secretários e Conselheiros fiscais.

Conhecidos todos os novos candidatos, Para Presidente apenas a sra. Sheyla Yonara se candidatou, para Diretoria Administrativa a sra. Antonilde Maria Ribeiro Pereira Beccaro, se apresentou seu currículo e motivou intenção para o cargo. A Assembleia conversou e discutiu entre si apreciando o currículo da candidata, da qual aprovaram de imediato sem ressalvas a Diretora Presidente e a nova Diretora Administrativa.

viver
Instituto Viver

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653
0002

Ainda apreciado as solicitações de candidatura para tesoureiro, o Sr. Tiberio Beccaro, apresentou seu currículo, da qual os presentes conheceram e aprovaram sem ressalvas. Para segundo tesoureiro não houve recebimento de candidatura da qual, ficará vago o cargo até o momento de eleição extraordinária.

O Sr. Hélio Ricardo Macedo Faustino, solicitou sua candidatura como secretário, da qual também foi aceito. Para segundo secretário foi recebida a candidatura do Sr. Youssef Pereira Baquil, da qual já conhecido foi aceito por todos em votação.

Para o conselho fiscal, todos os anteriores mantiveram sua candidatura para o cargo que já estavam permanecendo inalterados e aprovado por todos os presentes.

A eleição foi concluída e apresentada pela Senhora Presidente, ficando a Diretoria do Instituto com a seguinte composição:

Diretoria Executiva

Diretora Presidente: Sheyla Yonara Dantas de Farias, brasileira, casada, professora, RG 000014424593-0 SSP/MA, CPF 760.871.153-15, residente e domiciliada à Rua do Aririzal, n. 85, Cond. Ferrazzi, casa 79, Jardim Eldorado, São Luís/MA, CEP 65.067-190

Diretora Administrativa: Antonilde Maria Ribeiro Pereira Beccaro, Portadora da CI nº 119296934 e do CPF: 774.972.793-00, residente e domiciliada na Rua do Aririzal, SN, Condominio Ferrazi, casa 83, Cohama, São Luis - MA, CEP 65073-420.

Primeiro Secretário: Hélio Ricardo Macedo Faustino, portador da CI nº 080982897-9, CPF nº 585.770.333-68, residente e domiciliado na Rua dos Tucanos 14, Cond. Parque Atlântico, Apto 302-Calhau-São Luís-MA CEP:65066-140.

Segundo Secretário: Youssef Pereira Baquil, portador da Brasileiro, solteiro, Eng. Civil, CREA- 1115838270, residente na Rua Conego Tavares, n 480, Anil, Cep 65045-240, São Luis – MA.

Primeiro Tesoureiro: Tiberio Beccaro, portador da CI nº 154877438 e do CPF: nº 063.261.258-47, residente e domiciliado na Rua do Aririzal, SN, Condominio Ferrazi, casa 83, Cohama, São Luís - MA, CEP 65073-420.

Segundo Tesoureiro: Não houve candidatura.

Conselho Fiscal

Conselheiro Fiscal efetivo: José Marcos Grativol, portador da CI nº 83299883 e do CPF: nº932.372.517-04, residente e domiciliado na Av. Uruguai, N 8, Olho D'água São Luís/MA. CEP. 65065-510.

Conselheiro Fiscal efetivo: Gabriel Bezerra Sales, portador da CI nº 050249832013-0 e do CPF: nº616.224.623-00, residente e domiciliado na av. Bahia, nº 6, Bloco 18, apto 203, Cond Gran Vilagge Turu VI, Turu, São Luís/MA, CEP 65.066-659.

Conselheira Fiscal efetiva: Fátima de Maria Cutrim Trindade, portadora da CI: 372199 e do CPF: 249.320.863-34, residente e domiciliada na Avenida 07, Quadra 43, casa 33, Bairro Cohab Anil IV, São Luís/MA.

Concluídos os trabalhos, a Senhora Presidente convocou os eleitos para procederem à assinatura oficial do termo de posse (anexo I).

Após efetivada a devida assinatura por cada membro, a Presidente agradeceu todos os presentes.

Como nada mais houvesse a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada, em lista de presença anexa (anexo II), por todos os presentes, pela Presidente dos trabalhos, e por mim, Secretária, que a tudo presenciei e consignei em ata.

São Luís, 26 de maio de 2021.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente da Assembleia

Rossana Karen Bezerra Correa
ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA
Secretária da Assembleia

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950MQDWW0K1AZTDRW26, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 31,64 Emol R$ 28,51 FERC R$ 0,85 FADEP R$ 1,14 FEMP R$ 1,14 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950I4QZDBABSBMT9VM98, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 78,89 Emol R$ 67,12 FERC R$ 2,01 FADEP R$ 2,68 FEMP R$ 2,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950H22GWH2DMP6L7487, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 93,84 Emol R$ 84,60 FERC R$ 2,52 FADEP R$ 3,36 FEMP R$ 3,36 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950JPNNSH2MMXYCWG55, 25/06/2021 08:30:34, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 87,04 Emol R$ 78,71 FERC R$ 2,21 FADEP R$ 3,06 FEMP R$ 3,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

viver
Instituto Viver

Of. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653 0004

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28

TERMO DE POSSE – ANEXO I

De conformidade com o resultado da eleição ocorrida na Assembleia Ordinária do Instituto Viver, realizada no dia 26 de maio de 2021, tomam posse a nova Diretoria Executiva para um mandato de 02 anos, conforme relacionados abaixo:

Diretora Presidente: Sheyla Yonara Dantas de Farias, brasileira, casada, professora, RG 000014424593-0 SSP/MA, CPF 760.871.153-15, residente e domiciliada à Rua do Arirzal, n. 85, Cond. Ferrazzi, casa 79, Jardim Eldorado, São Luís/MA, CEP 65.067-190.
Assinatura: x Sheyla Yonara Dantas de Farias

Diretora Administrativa: Antonilde Maria Ribeiro Pereira Beccaro, Portadora da CI nº 119296934 e do CPF: 774.972.793-00, residente e domiciliada na Rua do Arirzal, SN, Condominio Ferrazi, casa 83, Cohama, São Luis - MA, CEP 65073-420.
Assinatura: x Antonilde maria Ribeiro Pereira Beccaro

Primeiro Secretário: Hélio Ricardo Macedo Faustino, portador da CI nº 080982897-9, CPF nº 585.770.333-68, residente e domiciliado na Rua dos Tucanos 14, Cond. Parque Atlântico, Apto 302-Calhau-São Luís-MA CEP:65066-140
Assinatura: x

Segundo Secretário: Youssef Pereira Baquil, portador da Brasileiro, solteiro, Eng. Civil, CREA- 1115838270, residente na Rua Conego Tavares, n 480, Anil, Cep 65045-240, São Luis – MA.
Assinatura: x

Primeiro Tesoureiro: Tiberio Beccaro, portador da CI nº 154877438 e do CPF: nº 063.261.258-47, residente e domiciliado na Rua do Arirzal, SN, Condominio Ferrazi, casa 83, Cohama, São Luis - MA, CEP 65073-420.
Assinatura: x

Conselho Fiscal

Conselheiro Fiscal efetivo: José Marcos Grativol, portador da CI nº 83299883 e do CPF: nº932.372.517-04, residente e domiciliado na Av. Uruguai, N 8, Olho D'água São Luís/MA. CEP. 65065-510.
Assinatura: x

Conselheiro Fiscal efetivo: Gabriel Bezerra Sales, portador da CI nº 050249832013-0 e do CPF: nº616.224.623-00, residente e domiciliado na av. Bahia, nº 6, Bloco 18, apto 203, Cond Gran Vilagge Turu VI, Turu, São Luís/MA, CEP 65.066-659.
Assinatura: x

Conselheira Fiscal efetiva: Fátima de Maria Cutrim Trindade, portadora da CI: 372199 e do CPF: 249.320.863-34, residente e domiciliada na Avenida 07, Quadra 43, casa 33, Bairro Cohab Anil IV, São Luís/MA.
Assinatura: x

São Luís, 26 de maio de 2021

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente da Assembleia

Rossana Karen Bezerra Correa
ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA
Secretária da Assembleia

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA, CEP 65.075-820

Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

viver
Instituto Viver

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653
0005

LISTA DE PRESENÇAS DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DOS MEMBROS DO INSTITUTO VIVER, REALIZADA EM 26/05/2021 - ANEXO II

São Luís/MA, 26/05/2021

ASSOCIADOS

NOME	ASSINATURA
Roxana Kaun Bezerra Lima	
Cibele Beccaria	
Sheyla Yonara Santos de Farias	
Fabiana Antunes	
Antonia Maria Ribeiro Pereira	
José Marcos Cretino.	
ENIO DA SILVA ROCHA	
GABRIEL BELEZA SALES	
HELIO RICARDO MACEDO FAUSTINO	
PRISCILA GABRIELA MELO DA ROCHA	
YOUSSEF PEREIRA BACHA	

viver
Instituto Viver

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653
0006

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
DO INSTITUTO VIVER

1. - CONVOCAÇÃO: São convocados todos os associados do Instituto Viver a comparecer à Assembleia Geral, que se realizará no dia 26 de maio de 2021 na Av. do Vale, n. 09, quadra 23, Jd. Renascença II, Ed. Carrara, sala 409, São Luís/MA, CEP 65075-820. A assembleia será instalada, em primeira convocação às 08:00 e, em segunda convocação, às 08h30, seguindo todos os protocolos de prevenção do covid 19 e mantendo distanciamento.

2. - Ordem do Dia:

a. Alteração do Estatuto Social do Instituto Viver;
b. Apreciar novo local para sede;
c. Apreciar criação de Filial no Rio Grande do Norte;
d. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
e. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço;
f. Eleição do Conselho da Diretoria Executiva.

São Luís, 05 de maio de 2021

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Diretora-Presidente

Rossana Karen Bezerra Correa
ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA
Diretora Administrativa

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA, CEP 65.075-820

Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

viver
Instituto Viver

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653
0007

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO - INSTITUTO VIVER
CNPJ 21.851.634/0001-28

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º Constitui-se, sob a denominação de INSTITUTO VIVER, pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com fins não econômicos, sem finalidade política ou religiosa, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe for aplicada.

Art. 2º O INSTITUTO VIVER, será denominado no decorrer do Estatuto simplesmente Instituto, Associação ou IVIVER, podendo adotar uma logomarca, e terá prazo de duração por tempo indeterminado.

Art. 3º O Instituto tem sua sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, com sede na Avenida Ariri zal, Sala-15, nº 39, Bairro: Turu, Município: São Luís, UF: MA CEP:65066-265, Ponto de Referência: Pátio Ariri zal, podendo manter escritórios, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante decisão da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: A fim de cumprir suas finalidades, o Instituto poderá organizar-se em tantas unidades quantas forem necessárias, por decisão da sua Diretoria Executiva, poderá abrir filiais, estabelecimentos ou escritórios em qualquer parte do país, e no exterior.

Art. 4º No desenvolvimento de suas atividades o INSTITUTO VIVER, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Lei 9.790/99, inciso I, artigo 4°)

Parágrafo único. Para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor que atuam em áreas afins. (Lei 9.790, parágrafo único artigo 3°)

Art. 5º O INSTITUTO VIVER terá como finalidades a:

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE:

I. Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade;
II. Atividades de associações de defesa de direitos sociais;
III. Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches
IV. Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental;
V. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário;
VI. Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social;
VII. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social;

SAÚDE

VIII. Promoção de assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional;
IX. Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais;
X. Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde;
XI. Atividades de apoio a gestão de saúde;
XII. Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA, CEP 65.075-820

Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

XIII. Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado, e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos;
XIV. Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas;
XV. Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários;
XVI. Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG's e empresas privadas;
XVII. Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;
XVIII. Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;
XIX. Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências;
XX. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
XXI. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
XXII. Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
XXIII. Atividades de atendimento hospitalar;
XXIV. Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
XXV. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
XXVI. Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente;
XXVII. Atividades de enfermagem;
XXVIII. Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;
XXIX. Atividades de fonoaudiologia;
XXX. Serviços de assistência social sem alojamento;
XXXI. Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
XXXII. Laboratórios clínicos;
XXXIII. Atividades de fisioterapia;
XXXIV. Atividades de profissionais da nutrição;
XXXV. Atividades de psicologia e psicanálise;
XXXVI. Atividades de condicionamento físico;
XXXVII. Atividades de terapia ocupacional;
XXXVIII. Atividade odontológica;
XXXIX. Serviços de prótese dentária;
XL. Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações;
XLI. Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação;
XLII. Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde;
XLIII. Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD – Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado.

GESTÃO DE PESSOAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

XLIV. Fornecer consultoria e executar a implantação de sistema de qualidade (NBR ISO 14001 e ISO 9001).
XLV. Fornecimento de mão-de-obra terceirizada;
XLVI. Locação de mão de obra temporária;
XLVII. Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada;
XLVIII. Consultoria e assessoria em recursos humanos;
XLIX. Serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
L. Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet;
LI. Distribuir e vender produtos e materiais da própria entidade;
LII. Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial;

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-830
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 24.851.634/0001-28

PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO:

LIII. Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência;

LIV. Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins.

Art. 6º O INSTITUTO VIVER adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 7º O INSTITUTO VIVER não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, e os emprega integralmente na consecução do seu objetivo social.

Parágrafo único: Não obstante o previsto no caput deste artigo, o INSTITUTO VIVER poderá, mediante autorização da Diretoria Executiva, distribuir bonificações ou prêmios a quaisquer dos seus empregados pesquisadores decorrentes de eventuais trabalhos publicados e/ou resultados científicos e tecnológicos obtidos.

Art. 8º Com a finalidade de cumprir seus propósitos a entidade INSTITUTO VIVER, poderá firmar convênios, contratos, termos de parcerias e outros tipos de avencas com pessoas físicas e jurídicas, de natureza pública ou privada, de direito interno e externo, entidades e órgãos públicos da administração direta ou indireta, municipais, estaduais, federais, bem como, outros setores do governo no âmbito nacional ou internacional, também, poderá atuar por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a quaisquer órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 9º A Associação terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, ou pela Diretoria, na hipótese de delegação por parte do primeiro órgão, disciplinará o seu funcionamento.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE DE SEUS MEMBROS

SEÇÃO I
Dos Associados e da sua Admissão, Demissão e Exclusão.

Art. 10º Os membros da Associação podem ser pessoas físicas ou jurídicas e dividem-se nas seguintes categorias de associados:

I - Associados Fundadores-Mantenedores;

II – Associados Benfeitores, e

III - Associados Mantenedores.

Parágrafo Único: Para ser admitido como associado, o candidato deve cumprir as seguintes condições:

I. Concordar com o presente Estatuto e expressar, em sua atuação na Associação e fora dela, os princípios nele definidos;

II. Os candidatos, pessoa natural e os representantes legais das pessoas jurídicas, deverão ter idoneidade moral e reputação ilibada, comprovada por certidão criminal, se solicitada por um dos membros do Conselho Gestor;

III. Ter sido recomendado por pelo menos 2 (dois) Associados Fundadores-Mantenedores quites com as suas obrigações sociais;

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920

Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

IV. Se Associado Benfeitor, assumir o compromisso de continuar trabalhando em prol do desenvolvimento do Instituto;
V. Se Associado Mantenedor, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições fixadas na forma do presente Estatuto.

Art. 11º Os Associados Fundadores-Mantenedores são as pessoas físicas, que, de forma regular e relevante, contribuem com dotações de recursos, doações ou comodato de bens móveis e imóveis, de forma a garantir a execução dos objetivos que a associação pretende alcançar, e que tenham comparecido à Assembleia Geral de Constituição da Associação e assinado a respectiva Lista de Presença dos Associados Fundadores-Mantenedores.

Art. 12º Os Associados Benfeitores são as pessoas físicas ou jurídicas, que, que contribuem com legados, donativos e doações para a consecução dos objetivos da Associação; que participem ativamente das atividades da Associação, oferecendo apoio material e/ou trabalhos, por período superior a 06 (seis) meses; personalidades nacionais ou internacionais, entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, as quais, convidadas à pertencer ao quadro de associados, possam contribuir ou tenham contribuído ou prestado relevantes serviços para o progresso da Associação, de maneira apreciável.
Parágrafo único: Os associados Benfeitores não podem votar.

Art. 13º Os Associados Mantenedores são as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que contribuem com a associação de forma relevante, com dotações de recursos, ou comodato de bens móveis e imóveis, garantindo os objetivos que a Associação pretende alcançar.

Art. 14º Qualquer associado poderá, a qualquer tempo, retirar-se do quadro social da Associação, mediante o envio de notificação nesse sentido à Diretora Presidente, considerando-se a data da sua saída do quadro social o dia do recebimento da referida notificação pelo protocolo.

Parágrafo Único: O associado não terá direito a qualquer reembolso de suas contribuições à Associação.

Art. 15º O Associado poderá, conforme a gravidade da conduta, ser advertido por escrito, sofrer a suspensão de seus direitos por período determinado ou ser excluído da Associação, na hipótese da ocorrência dos seguintes eventos:
I - a obtenção de vantagens ou benefícios pessoais em razão da condição de Associado;
II - a participação do Associado em entidades ou atividades conflitantes com os interesses da Associação;
III - o não cumprimento das decisões tomadas em Assembleia Geral;
IV - infração às normas do presente Estatuto, especialmente às atinentes aos deveres dos Associados;
V- prática de condutas contrárias à moral, ética, usos e costumes e à lei, que possam macular, de alguma forma a imagem e a reputação da Associação; e quaisquer outros motivos graves, segundo avaliação da Assembleia Geral.

Parágrafo único: A Assembleia Geral apurará a ocorrência dos eventos mencionados no caput, com base em documentação apresentada pela Diretoria Executiva, e aplicará sanções, respeitando o direito de defesa do Associado na Assembleia Geral, bem como eventual recurso.

SEÇÃO II
Da Composição Social e das Responsabilidades de seus Membros

Art. 16º Os membros da Assembleia Geral do Instituto serão seus associados e não responderão, em qualquer situação seja por que razão for, pelas obrigações sociais, seja solidária ou subsidiariamente.

Art. 17º Salvo disposição em contrário, a nenhum membro do Instituto será intuída a preposição ou representação da entidade, sem que porte instrumento expresso e determinado de outorga ou delegação de poderes, ainda, que ocupe cargo ou função determinados expressamente neste Estatuto.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.534/0001-29

SEÇÃO III
Dos Direitos e Deveres

Art. 18º Aos membros do Instituto caberá sua gestão, nos termos deste Estatuto, cumprindo-o e fazendo com que se cumpram suas determinações.

Art. 19º São direitos dos associados em dia com suas obrigações sociais:
a) Votar e ser votado para cargos eletivos;
b) Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, com direito a voz e voto;
d) Proceder a vistorias e visitas técnicas às atividades desenvolvidas pelo instituto;

Art. 20º São deveres dos associados em dia com suas obrigações sociais:
a) Cumprir o disposto neste Estatuto e Regimento Interno do Instituto;
b) Atender às deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
c) Comparecer às Assembleias Gerais, quando regularmente convocados;
d) Exercer reta e diligentemente as funções que assumir na direção ou órgão colegiado do Instituto;
e) Cooperar com o Instituto na realização de seus objetivos contribuindo assim para seu desenvolvimento;

CAPÍTULO III
DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I
Dos Órgãos e Aspectos Gerais

Art. 21º A administração do Instituto é exercida por seus órgãos, observadas as competências a eles atribuídas neste Estatuto.

Art. 22º São órgãos do Instituto:
a) Assembleia Geral;
b) Diretoria Executiva;
c) Conselho Fiscal.

Art. 23º A Instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades.

SEÇÃO II
Da Assembleia Geral

Art. 24º A Assembleia Geral é o ato solene da vontade social e será composta, convocada e conduzida pelos membros do Instituto quites com as suas obrigações e em pleno gozo de seus direitos.

Art. 25º A Assembleia Geral é o órgão supremo do Instituto, de decisão colegiada, que se reunirá ordinária ou extraordinariamente, e a ela caberá a administração direta da entidade e a deliberação quanto a seus métodos e fins, observado o disposto neste Estatuto

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

a. Aprovar relatório anual de atividades e contas da Diretoria Executiva, apreciando parecer do Conselho Fiscal;
b. Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso;
c. Aprovar a programação do Instituto para o exercício seguinte, formalizada através de Plano Anual de Trabalho;
d. Referendar a aprovação de novos associados

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-820
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.951.634/0001-28

Art. 26º A Assembleia Geral tem por atribuições:
a) Definir a política global da atuação do Instituto;
b) Eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
c) Deliberar sobre reforma do estatuto, inclusive no tocante à administração, mudança de natureza;
d) Deliberar sobre a extinção do Instituto;
e) Autorizar a alteração do quadro social;
f) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
h) Aprovar o regimento interno;
i) Referendar a admissão de associados feita pela Diretoria;
j) Aprovar a admissão e exclusão dos associados da entidade;
k) Apreciar o relatório da Diretoria Executiva e decidir sobre a aprovação das contas e balanço anual.

Parágrafo Primeiro: As decisões sobre os assuntos enumerados nos incisos b, c e d só poderão ser tomados em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para essa finalidade, e pelo voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) na convocação seguinte.

Parágrafo Segundo: a aprovação das contas previstas na alínea *k* deverá atentar para:
I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
III - realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria;

Art. 27º As Assembleias Gerais ocorrerão em primeira chamada, se presentes ao menos 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros em exercício e, em segunda e última, 30 (trinta) minutos após a primeira chamada, em qualquer número. Suas decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes, observados os limites deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro: A convocação da Assembleia Geral será feita pela Diretoria Executiva, por meio de edital afixado na sede do Instituto e/ou publicado na imprensa local, correspondência escrita, mediante aviso de recebimento ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Segundo: A convocação de reunião extraordinária da Assembleia Geral poderá ser requerida ao Presidente, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) de seus associados.

Parágrafo Terceiro: A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficiente, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

SEÇÃO III
Da Diretoria Executiva

Art. 28º A Diretoria Executiva é eleita e destituída, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral e é composta por um Diretor Presidente e Diretor Administrativo, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros com as atribuições previstas neste Capítulo.

Parágrafo primeiro: Fica assegurada aos Associados Fundadores-Mantenedores a vantagem de indicar o Diretor Presidente, Diretor Administrativo.

Parágrafo segundo: Os mandatos dos membros da Diretoria Executiva serão por prazo de 2 (dois) anos.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.951.534/0001-29

Of. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653 0013

Parágrafo terceiro: Não poderão ser eleitos para os cargos de Diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público.

Art. 29º A Diretoria Executiva manterá contatos permanentes com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando obter colaboração e apoio em atividades de interesse comunitário.

Art. 30º Compete à Diretoria Executiva:

a) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração a proposta de programação anual do Instituto;
b) Executar a programação anual de atividades do Instituto;
c) Elaborar e apresentar o relatório anual à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração;
d) Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
e) contratar empregados e prestadores de serviços, especificando as respectivas atribuições, bem como demiti-los ou desligá-los;
f) Regulamentar as ordens normativas do Conselho de Administração e emitir ordens executivas para disciplinar o funcionamento interno da instituição;
h) Propor a reorganização da Diretoria Executiva conforme necessidades do instituto ou vacância;
i) Aprovar a admissão de novos associados na entidade;
j) Outras funções que lhes forem atribuídas pelo respectivo regimento, aprovadas pela Assembleia Geral.
l) Assegurar a publicação anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e de execução dos contratos de gestão celebrados.

Art. 31º Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores Executivos, caberá ao outro Diretor que por ele vier a ser indicado exercer as funções do Diretor ausente ou impedido.

Art. 32º Em caso de vacância no cargo de qualquer dos Diretores, será automaticamente convocada uma Assembleia Geral para eleger novo Diretor no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 33º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada por um Diretor Executivo.

Art. 34º As reuniões de Diretoria somente se instalarão com a presença de todos os seus membros e deliberarão pela maioria dos presentes. Na hipótese de empate, o Diretor-Presidente terá voto de qualidade.

Art. 35º As reuniões da Diretoria serão lavradas em ata e assinadas por todos os presentes.

Art. 36º A Associação será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pela Diretora Presidente, inclusive na celebração de quaisquer acordos, convênios, contratos, termos de cooperação, associações e adesões a projetos, programas ou pesquisas conjuntas com outros órgãos, entidades ou instituições previstas neste Estatuto.

Parágrafo Primeiro: Salvo quando da essência do mandato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração por instrumento particular assinada pela Diretora Presidente, no qual serão especificados os poderes outorgados. As procurações terão prazo vigência de 1 (um) ano, com exceção daquelas com poderes ad judicia.

Parágrafo Segundo: As citações e notificações judiciais ou extrajudiciais serão feitas na pessoa do Diretor-Presidente.

Parágrafo Terceiro: É concedida, exclusivamente ao Diretor-Presidente ou ao representante legal em exercício da Associação, a faculdade de delegar a função de movimentação das contas bancárias em nome da mesma, por meio de Ofício devidamente assinado.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

Art. 37º Compete ao Diretor Presidente:

a) Convocar e presidir as reuniões da Assembleia geral;

b) Diligenciar a observância, no Instituto e em seus empreendimentos, das disposições legais e estatutárias;

c) Executar a programação anual de atividades do Instituto;

d) Regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento de seus serviços e empreendimentos;

e) Contratar e demitir funcionários;

f) Promulgar e fazer cumprir as resoluções da Diretoria Executiva;

g) Gerenciar e administrar o Instituto, através da Diretoria Executiva;

h) Praticar, na forma do presente estatuto, os atos administrativos e gerenciais necessários à consecução dos objetivos do Instituto;

i) Representar isoladamente o Instituto Viver em Licitações, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase do processo licitatório e praticar todos os demais atos pertinente ao certame;

j) Assinar em conjunto com o Tesoureiro, toda movimentação financeira e bancária do Instituto Viver e demais documentos relativos às despesas e a movimentação bancária dos recursos: Assinar cheques emitidos; Abrir contas correntes; Receber, passar recibo e dar quitação; Solicitar saldos, extratos e comprovantes; Requisitar talonários de cheques; Retirar cheques devolvidos; Endossar Cheques; sustar/contra – ordenar cheques; cancelar cheques, baixar cheques; Requisitar cartão eletrônico; Movimentar conta corrente PJ com cartão eletrônico; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar saques – conta corrente; Efetuar pagamentos por meio eletrônico; Efetuar transferências; Emitir comprovantes; Encerrar contas de depósito; Efetuar pagamentos das despesas realizadas; Efetuar pagamentos relativos aos encargos sociais e financeiros;

k) Implementar mecanismos para a promoção da imagem externa do Instituto.

Art. 38º . Compete ao Diretor Administrativo:

a) Apoio administrativo;
b) Atualizar as operações realizadas pelos associados;
c) Elaborar e implementar procedimentos administrativos para o funcionamento inerente a área de atuação;
d) Supervisionar os projetos do Instituto;
e) Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
f) Assumir o mandato, em caso de vacância, até novas eleições;
g) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor Presidente;
h) Estabelecer relações com Instituições, programa de pós graduação, associações cientificas e grupos de pesquisas relacionados à área de atuação do IVIVER, buscando a promoção de atividades conjuntas em temas de interesse comum;
i) Apoiar o presidente na execução de tarefas que forem atribuídas a ambos pela DIRETORIA Executiva E pela Assembleia Geral ou que lhe forem delegadas pelo presidente no âmbito das relações Institucionais e sociais.

Art. 39º Compete ao Primeiro Secretário:

a) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia
b) Geral e redigir as atas;
c) Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 40º Compete ao Segundo Secretário:

a) substituir o Primeiro-Secretário em suas faltas ou impedimentos;
b) assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
c) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro-Secretário.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-930
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.951.634/0001-28

Art. 41º Compete ao Primeiro Tesoureiro:

a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
c) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
d) Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
e) Aprovar e assinar o Balanço patrimonial juntamente com a Diretora Presidente;
f) Conservar, sobre sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
g) Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.
h) Apresentar, semestralmente, o balancete ao conselho fiscal;
i) Assinar em conjunto com o Diretor Presidente, toda movimentação financeira e bancária do Instituto Viver e demais documentos relativos às despesas e a movimentação bancária dos recursos : Assinar cheques emitidos; Abrir contas correntes; Receber, passar recibo e dar quitação; Solicitar saldos, extratos e comprovantes; Requisitar talonários de cheques; Retirar cheques devolvidos; Endossar Cheques; sustar/contra – ordenar cheques; cancelar cheques, baixar cheques; Requisitar cartão eletrônico; Movimentar conta corrente PJ com cartão eletrônico; Cadastrar, alterar e desbloquear senhas; Efetuar saques – conta corrente; Efetuar pagamentos por meio eletrônico; Efetuar transferências; Emitir comprovantes; Encerrar contas de depósito; Efetuar pagamentos das despesas realizadas; Efetuar pagamentos relativos aos encargos sociais e financeiros.

Art. 42º Compete ao Segundo Tesoureiro:

a) Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
c) Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 43º A Diretoria Executiva poderá instalar órgãos de caráter técnico-científico para seu assessoramento e indicar os seus membros, sendo no mínimo a estrutura de:

I – Secretaria, a quem compete secretariar as reuniões da Diretoria e assembleia geral e realizar as atas/ publicar todas as notícias das atividades da entidade;
II - Núcleo de Apoio Científico e Tecnológico, a quem compete elaborar planos e estudos visando desenvolvimento de atividades do Instituto, através de: oferta de cursos, elaboração de projetos, elaborar propostas e atividades de capacitação;
III - Núcleo Contábil, a quem compete coordenar e supervisionar a gestão contábil e a elaboração da prestação anual de contas e da proposta orçamentária para cada exercício;
IV - Núcleo de Comunicação, a quem compete estabelecer uma ligação entre o Instituto e o público, administrando a informação, desenvolvendo as atividades de assessoria a imprensa, publicidade & propaganda e relações públicas;
V- Núcleo Jurídico, a quem compete orientar e assistir juridicamente a Diretoria Executiva, no tocante às questões legais, para-legais e consultivas.

SEÇÃO **Parágrafo Primeiro:** As decisões sobre os assuntos enumerados nos incisos b, c e d só poderão ser tomados em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para essa finalidade, e pelo voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) na convocação seguinte.

Parágrafo Segundo: a aprovação das contas previstas na alínea *k* deverá atentar para:
I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@lviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
III - realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria;
IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela OSCIP será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

IV
Do Conselho Fiscal

Art. 44º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da administração contábil-financeira e de controle interno da Associação, sendo composto de 3 (três) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Primeiro: Fica assegurada aos Associados Fundadores-Mantenedores a vantagem de indicar 1 (um) membro efetivo do Conselho Fiscal, que será o Presidente.
Parágrafo Segundo: Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos;
Parágrafo Terceiro: O Conselho Fiscal reunir-se-á, quando instalado, trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente.

Art. 45º . O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que são conferidos por lei, sendo competente, dentre outras atribuições, para:

I - opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, devendo a Diretoria Executiva prestar todas as informações solicitadas;
II - examinar as contas da Diretoria Executiva no final de cada exercício, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;
III - auxiliar a Diretoria, sempre que solicitado;
IV - sugerir a contratação e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes e;
V - convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

CAPÍTULO V
DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 46º O patrimônio do Instituto compor-se-á dos bens móveis e imóveis a ele pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação, cessão de direitos ou legados; bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais; bens e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade; contribuições, donativos ou auxílios de qualquer tipo ou natureza; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação.

Parágrafo Primeiro: A associação não distribuirá, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicará integralmente na consecução do seu objetivo social.
Parágrafo Segundo: Todo patrimônio, bens, rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento.
Parágrafo Terceiro: O patrimônio do Instituto deverá responder por suas obrigações, não sendo os Membros e quaisquer outros mantenedores ou colaboradores responsáveis pessoalmente, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações do Instituto.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@ivlver.org.br
CNPJ: 21.951.634/0001-29

viver
Instituto Viver

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653 0017

Parágrafo Quarto: A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da associação poderá ser decidida por deliberação da Diretoria Executiva, submetendo a decisão para referendo da Assembleia Geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.
Parágrafo quinto: No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio liquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização Social no âmbito do Poder Executivo do respectivo órgão concedente, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Parágrafo sexto: Na hipótese da Instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 47º Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

a) Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
b) Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
c) Doações, legados e heranças;
d) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
e) Recebimento de direitos autorais etc.

Parágrafo Único: O INSTITUTO VIVER terá como fonte de recursos para manutenção de suas atividades a execução de Projetos Sociais, Programas, Sistemas ou Planos de Ações, doações de recursos físicos, humanos e financeiros, e/ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem finalidade econômica e a órgão do setor público que atuem em áreas afins direta ou indiretamente.

CAPÍTULO VI
DAS ELEIÇÕES

Art. 48º . A Diretoria será eleita com base nos seguintes critérios:

I – Associado pertencente ao quadro social na categoria de Associado Fundador;
II – Pleno gozo dos direitos estatutários, bem como quitação com as obrigações estatutárias;
III – Eleição decidida pela anuência da maioria simples dos associados presentes em Assembleia Geral, nos termos do artigo 31.

Art. 49º Logo após a proclamação do resultado da nova Diretoria e o novo Conselho Fiscal, os membros eleitos serão empossados em seguida ou posteriormente em data a ser marcada.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50º A Associação será dissolvida por decisão da maioria absoluta dos Associados Fundadores-Mantenedores reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 51º O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos Associados Fundadores-Mantenedores, reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 52º Os casos omissos serão solucionados pela Diretoria e referendados na próxima Assembleia Ordinária que ocorrer.

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.634/0001-28

viver
Instituto Viver

Ofício RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 653 0018

Art. 53º A Associação poderá contar com a contribuição de colaboradores, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que contribuem para o desenvolvimento da Associação, sob a forma de convênios, parcerias, doações de bens móveis ou imóveis, recursos, ou de contribuições sociais de qualquer ordem.

Parágrafo Único: Para serem admitidos como colaboradores, os interessados deverão ser indicados por pelo menos dois Associados e unanimemente aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 54º O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil.

Art. 55º Este Estatuto entrará em vigor após o seu Registro no Cartório de Pessoas Jurídicas.

Art. 56º Fica eleito o foro da Comarca de São Luís/MA para qualquer ação fundada neste Estatuto.

São Luís, 25 de maio de 2021.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Diretora-Presidente

Rossana Karen Bezerra Correa
ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA
Advogada- OAB 17.586-MA

Avenida do Vale, nº 09. Quadra nº 23.
Ed. Carrara, sala 409. Jardim Renascença.
São Luís/MA. CEP 65.075-920
Telefone: (98) 3181-2803
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ: 21.851.624/0001-29

0019

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo PRENOT156950MQDWWOK1AZ1DRW26, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 31,64 Emol R$ 28,51 FERC R$ 0,85 FADEP R$ 1,14 FEMP R$ 1,14 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569504QZDBABSBMT9VM95, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 74,49 Emol R$ 67,12 FERC R$ 2,01 FADEP R$ 2,68 FEMP R$ 2,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950H22GWH2DMP6LT481, 25/06/2021 08:30:35, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 93,84 Emol R$ 84,60 FERC R$ 2,52 FADEP R$ 3,36 FEMP R$ 3,36 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950JPNNSH2MMXYCWG55, 25/06/2021 08:30:34, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ANTONILDE MARIA RI..., Total R$ 87,04 Emol R$ 78,71 FERC R$ 2,21 FADEP R$ 3,06 FEMP R$ 3,06 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**654** em 25/06/2021.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**653**
do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 25 de Junho de 2021.
Luana Alhadef de Novoa
Escrevente

ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO XLV Nº 152 SÃO LUÍS, QUINTA - FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2021 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

SUMÁRIO

ADITIVOS
Secretaria de Estado da Educação e Outros..... 01
ATAS
Maranhão Parcerias - MAPA e Outras..... 06
AVISOS
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Outros 09
COMUNICAÇÕES
Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Outras..... 21
CONTRATOS
Secretaria de Estado da Saúde e Outros 22
DECISÕES
Secretaria de Estado da Cultura e Outras 29
EDITAL
Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão - CREM/MA..31
ERRATAS
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Outras 31
ESTATUTOS
Associação dos Servidores da Fazenda do Estado do Maranhão - ASFEM e Outro 31
NOTIFICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Icatu - MA..... 32
PORTARIAS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado so Maranhão - CREA/MA e Outras..... 32
PROCESSOS
Superitendência Estadual de Vangilância Sanitária - SUVISA 35
RESOLUÇÃO
Defensoria Pública do Estado..... 41
TERMO DE ANULAÇÃO
Prefeitura Municipal de Maranhãozinho - MA..... 41
TERMOS DE COMPROMISSO
Secretaria de Estado da Cultura..... 41
TERMO DE RATIFICAÇÃO
Fundação da Memória Republicana Brasileira – FMRB 43
TERMO DE RESULTADO
Prefeitura Municipal de Bacabal - MA..... 43
TORNAR SEM EFEITO
Prefeitura Municipal de Fortaleza dos Nogueiras - MA..... 43

Assinado de forma digital por TEREZA RAQUEL BRITO BEZERRA FIALHO:45215170304

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO *EX OFFICIO* AO **CONVÊNIO Nº 64/2014**: REF. Processo Administrativo n.º 92181/2014 – SEDUC (Apensos nº: **151906/2018**, **156393/2017**, **20149/2018**, **38256/2019**, **257404/2019**) – SEDUC. PARTÍCIPES: O ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC, CNPJ sob o n.º 03.352.086/0001-00, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Adjunto de Administração, o Sr. **VITOR PFLUEGER PEREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 017.692.363-25, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA**, CNPJ n.º 01.601.303/0001-22, doravante denominada **CONVENENTE**, representada pelo seu Prefeito Sr. **TONISLEY DOS SANTOS SOUSA**, CPF n.º 017.449.383-50. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**: O objeto do presente **TERMO ADITIVO** ***EX OFFICIO***, consiste em prorrogar por **06 (seis) meses** o prazo de vigência do **CONVÊNIO nº 64/2014**, iniciando-se em 28/08/2021 e **findando-se em 28/02/2022**, tendo em vista a necessidade da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra – TRDO. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas todas demais cláusulas e condições estabelecidas o **CONVÊNIO n.º 64/2014**, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 09 de agosto de 2021. **BASE LEGAL**: Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Instrução Normativa n.º 018 de 03 de setembro de 2008 e Portaria Interministerial n.º 507/11. **FORO**: Comarca de São Luís/MA. **ASSINATURA**: **VITOR PFLUEGER PEREIRA DOS SANTOS** Secretário Adjunto de Administração **(Competência delegada pela Portaria nº 081 de 01 de fevereiro de 2021). DELMAR MOREIRA MATIAS JÚNIOR Secretário Adjunto de Orçamento, Finanças e Contabilidade. SAOFC/SEDUC.**

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO PROCESSO N.º 110433/2021 - SEGEP. **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃODE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 13/2019 - ASSEJUR/SEGEP. LOCATÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES**, CNPJ Nº 15.553.806/0001-84. **LOCADORA**: JESUS EMPREENDIMENTOS E ARTESANATO LTDA, CNPJ Nº: 07.641.285/0001-99. **INTERVENIENTE OCUPANTE:** ESCOLA DE GOVERNO DO MARANHÃO, CNPJ Nº: 11.308.791-0001/38. **OBJETO**: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 13/2019 – ASSEJUR/SEGEP, referente à locação do imóvel situado na Rua da Estrela, nº540, Centro, São Luís, CEP 65.010-200, para instalação e funcionamento da Escola de Governo do Maranhão – EGMA. **PRORROGAÇÃO:** a vigência do Contrato nº 13/2019 – ASSEJUR/SEGEP, por mais 24 (vinte e quatro) meses, com início em 30/07/2021 e término em 29/07/2023. **BASE LEGAL**: Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores e da Lei nº 8.245/1991 com suas alterações posteriores. **VALOR:** O valor mensal do aluguel permanece R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais). O valor global a ser pago pelo objeto do presente contrato será de R$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** NÚMERO: 2021NE000252; UG: 600103; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 60103; SUBAÇÃO: 000591 Locação de Imóveis – EGMA E DIÁRIO OFICIAL; FONTE DE RECURSOS:0101000000; ND: 33.90.39.10. **DATA DE ASSINATURA**: 28 de julho de 2021. **ASSINATURAS**: Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira, CPF nº 405.873.393-49, Manuel de Jesus Ribeiro Salomão, CPF Nº 004.259.313-15, e Odair José Neves Santos, CPF Nº 482.614.593-49. **ARQUIVAMENTO**: Pasta n.º 01/2021 sob n.º 62, em 09.08.2021, da Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos/SEGEP. ***Cauê Ávila Aragão*** Secretário Adjunto de Assuntos Jurídicos/SEGEP OAB/MA Nº 12.139.

PÁGINA NUMERO: 0168

o voto por procuração. ARTIGO 53º. – Infrações: Segundo a natureza e gravidade da infração, as penalidades serão: I.b) Não cumprimento do dever de sócio previsto neste Estatuto: **ARTIGO 63º.** – Ficam alterados os Artigos: 1º, 5º, 33º, 34º, 35º, 38º, 52º, 53º, 63º do Estatuto da ASFEM. OSBECK LAMARTINE A. SILVA-**PRESIDENTE.**

INSTITUTO VIVER - IVIVER

RESENHA DE ESTATUTO. DENOMINAÇÃO: INSTITUTOVIVER, é uma Associação Civil de direito privado e sem fins lucrativos. **SEDE E FÓRUM**: Sediada na cidade de São Luís/MA. **DURAÇÃO:** Indeterminada. **FUNDAÇÃO**: 20 de janeiro de 2015. **FINALIDADES:** Atuar por meio da execução de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor que atuam em áreas afins para promover projetos e ações que visem o combate à pobreza, promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e relativos ao meio ambiente, estimular a parceria, e solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades. Promover a proteção à família, à maternidade, à mulher, à criança, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade; Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social; Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção social; Promoção de assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho e capacitação profissional; Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde; Atividades de apoio a gestão de saúde; Promoção gratuita da saúde; Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas desprovidas de recursos; Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas; Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG´s e empresas privadas; Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares e de procedimentos cirúrgicos; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Atividades de enfermagem; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de fonoaudiologia; Serviços de assistência social sem alojamento; Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; Laboratórios clínicos; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de psicologia e psicanálise; Atividades de condicionamento físico e fisioterapia; Atividades de terapia ocupacional, odontológica, prótese dentária; Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde; Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde na implementação e construção de políticas de saúde; Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD – Ensino a distância para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado. Fornecimento de mão-de-obra terceirizada; Locação de mão de obra temporária; Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada; Consultoria e assessoria em recursos humanos; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Distribuir e vender produtos e materiais da própria entidade; Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial; Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência; Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins **OBJETIVOS**: Busca de Parcerias e Participação em Programas e Serviços especialmente desenvolvidos em prol da comunidade; Desenvolvimento de atividades, durante todo o ano, que propiciem a sustentação da União e outras atividades compatíveis com a finalidade e os propósitos da União, desde que expressamente autorizadas pela Assembleia Geral. **ADMINISTRAÇÃO**: Diretora Presidente, Diretora Administrativa, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro e Conselho Fiscal. A Diretoria terá mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **PATRIMÔNIO**: O patrimônio do Instituto compor-se-á dos bens móveis e imóveis a ele pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação, cessão de direitos ou legados; bens e direitos provenientes de rendas patrimoniais; bens e direitos derivados das atividades exercidas pela entidade; contribuições, donativos ou auxílios de qualquer tipo ou natureza; prestações de serviços; aplicação de receitas e outras fontes; convênios, apoios e financiamentos, desde que não incompatíveis com o livre desenvolvimento das atividades da associação. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização Social no âmbito do Poder Executivo do respectivo órgão concedente, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. Sheyla Yonara Dantas de Farias-Diretora Presidente.

NOTIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICATU - MA

NOTIFICAÇÃO DE REVOGAÇÃO REFERENTE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021. À EMPRESA PAX VITORIENSE SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA Referente: Licitação, Processo Administrativo nº 0720/2021 (Pregão Presencial nº 014/2021 Icatu – MA, 10 de agosto de 2021. A Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma da legislação pertinente à espécie, bem assim em homenagem ao contraditório, vem NOTIFICAR à empresa em epígrafe, para, querendo, oferecer manifestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, argumentando tudo o quanto achar necessário em razão de Parecer Prévio da Assessoria Jurídica do Município (anexo 1). Findo o prazo, com ou sem manifestação, o processo referenciado será encaminhado para Parecer Jurídico e demais procedimentos. Atenciosamente, Heloide Barbosa Coelho Azevedo Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIAS

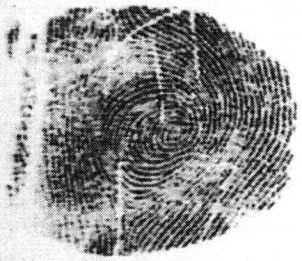
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO - CREA/MA

EXTRATO DA PORTARIA Nº 119/2021 – PRESI- CREA/MA. O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO MARANHÃO – CREA-MA,,- no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, aprovado pela Decisão nº PL-0653/2005, alterado posteriormente e aprovado pela Decisão PL - nº 1372/2005, ambas Decisões do CONFEA CONSIDERANDO a atribuição legal do Presidente de direção e representação do Conselho Profissional (art. 49 da Lei nº 5.194/66); CONSIDERANDO a atribuição regimental do Presidente de administrar as atividades e gerir o quadro funcional da entidade (artigo 87, incisos III e XXX, do Regimento Interno do CREA/MA); CONSIDERANDO que o art. 83 do Regimento interno, que define A Presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem finalidade dirigir o CREA e cumprir e fazer cumprir as decisões do

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MA947263527





Sheyla Yonara Dantas de Farias

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000014424593-0

DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/2015

NOME SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS

FILIAÇÃO
JOSE FERREIRA DE FARIAS E MARIA DAS GRACAS DANTAS FARIAS

NATURALIDADE
ARACAJU - SE

DATA DE NASCIMENTO
04/09/1977

DOC ORIGEM
NASC. N.8572 FLS.147V LIV.111A

CPF
760871153-15

SAO LUIS-MA
P-3

LUCIO FLAVIO CARVALHO CARNEIRO
ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO QUE INSTITUTO VIVER FAZ EM FAVOR DE ENIO DA SILVA ROCHA, ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA, LUIDMILA SILVA DE FREITAS E ANNE JAKELYNE SILVA MAGALHAES, NA FORMA ABAIXO:

Ao(s) 19 (dezenove) dias do mês de abril do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, República Federativa do Brasil, neste Cartório do 5° Ofício de Notas, localizado na Avenida Colares Moreira, número 2, lojas 13 e 14, térreo, Edificio Planta Tower, Bairro Jardim Renascença, perante mim, Thays Brito dos Santos Silva, Escrevente, compareceu como **Outorgante INSTITUTO VIVER**, inscrita no CNPJ sob o número 21.851.634/0001-28, com sede na Avenida Arirical, Sala 15, número 39, Bairro Turu, CEP 65.066-265, em São Luís, Estado do Maranhão; neste ato representada por sua Diretora Presidente **SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS**, brasileira, natural de Aracaju, Estado do Sergipe, nascida em 04 de setembro de 1977, filha de José Ferreira de Farias e de Maria das Graças Dantas Farias, professora, solteira, portadora da carteira de identidade número 0000144245930/SESP-MA, inscrita no CPF sob o número 760.871.153-15, residente e domiciliada na Rua Arirical, número 79, Condomínio Ferrazi, Bairro Jardim Eldorado, CEP 65.067-190, em São Luís, Estado do Maranhão, portadora do e-mail: sheylayonara@gmail.com; conforme artigo 37, alínea "i" do Estatuto Social, datado de 25 de maio de 2021, registrados sob a prenotação de número 654, microfilme de número 653, com data de 25 de junho de 2021, bem como, Ata da Assembléia Geral e Termo de Posse, datada de 26 de maio de 2021, registrada sob a prenotação de número 654, microfilme de número 653, com data de 25 de junho de 2021, do Cartório do Segundo Oficio de Titulos e Documentos de São Luís, Estado do Maranhão; pessoa que se identificou ser a própria e capaz, conforme documentação apresentada, do que dou fé. Então, pela outorgante me foi dito que nomeia e constitui como seus **Procuradores 1) ENIO DA SILVA ROCHA**, brasileiro, empresário, divorciado, portador da carteira nacional de habilitação numero 01100012990/DETRAN-MA, inscrito no CPF sob o número 183.402.450-15, residente e domiciliado na Rua Arirical, número 79, Condomínio Ferrazi, Bairro Jardim Eldorado, CEP 65.067-190, em São Luís, Estado do Maranhão, portador do e-mail: enio.rocha@iviver.org.br; **2) ROSSANA KAREN BEZERRA CORREA**, brasileira, advogada, divorciada, portadora da carteira Nacional de Habilitação número 05073067745/DETRAN-MA, inscrita no CPF sob o número 054.119.153-50, residente e domiciliada na Avenida Principal, número 100, Bairro Iguaíba, CEP 65.130-000, em Paço do Lumiar, Estado do Maranhão, portadora do e-mail: rossana@iviver.org.br; **3) LUIDMILA SILVA DE FREITAS**, brasileira, advogada, divorciada, portadora da carteira de identidade profissional número 21613/OAB-MA, inscrito no CPF sob o número 007.300.883-40, residente e domiciliada na Avenida Deputado Luis Eduardo Magalhães, sem número, Apartamento 1104, Condomínio Veneto, Torre Veneza, Bairro Alto do Calhau, CEP 65.071-415, em São Luís, Estado do Maranhão, portadora do e-mail: luidmila@iviver.org.br; **4) ANNE JAKELYNE SILVA MAGALHAES**, brasileira, advogada, solteira, portadora da carteira de identidade profissional número 18411/OAB-MA, inscrita no CPF sob o número 045.897.023-98, residente e domiciliada na 2ª Travessa Neiva Moreira, número 11, Bairro de Fátima, CEP 65.031-168, em São Luís, Estado do Maranhão, portadora do e-mail: anne@iviver.org.br; **a quem** confere poderes amplos, gerais e ilimitados, (podendo assinar em conjunto ou separadamente) para representar o Instituto Viver, em Licitações, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar ao direito de interposição de recursos em qualquer fase do processo

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidenciado que o Sr. Pregoeiro com a equipe de apoio procedeu, em todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, em consonância com a Lei nº 10.520/02, Decreto 5.450/05 e à Lei nº 8.666/93, havendo competitividade entre os participantes, agindo em estrita observância aos princípios da supremacia do interesse público, eficiência, economicidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, opinamos pelo seguinte:

a) INDEFERIMENTO do Recurso da empresa INSTITUTO DE SAÚDE DA AMAZÔNIA- ISAM, considerando o Relatório apresentado pelo Setor Requisitante, e o Relatório Apresentado pelo Pregoeiro, trazendo a motivação e decisão da empresa INSTITUTO ALVORECER, mantendo a decisão do Pregoeiro;

É o parecer, salvo melhor juízo.

Amarante do Maranhão – MA, 07 de outubro de 2022.

Leão III da Silva Batalha
Procurador Geral do Município de Amarante do Maranhão
OAB/MA – 16.736

PREFEITURA DE AMARANTE
UM NOVO TEMPO

Scanned with CamScanner

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA
Av. Deputado La Rocque, 1229, Centro.
CEP: 65923-000 - CNPJ: 06.157.846/0001-16

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
E-mail: cpl_amarante@outlook.com / https://http://amarante.ma.gov.br

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO - Nº 019/2022

A Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 019/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA, saiu como vencedora da licitação supracitada, a empresa: **INSTITUTO ALVORECER ,** inscrito no **CNPJ nº 27.709.375/0001-81**, vencedora do item, com proposta apresentada no valor total de **R$ 6.794.760,00 (seis milhões setecentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta reais).** Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Amarante do Maranhão - MA, em 28 de Outubro de 2022.

Clébio Cardoso Pinheiro
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA DE AMARANTE
UM NOVO TEMPO

AMARANTE - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Sexta, 28 de Outubro de 2022 ANO: 3 | Nº 391
ISSN 2764-6653

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO — PREGÃO ELETRONICO - Nº 019/2022

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO — PREGÃO ELETRONICO - Nº 019/2022 — A Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 019/2022, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA, saiu como vencedora da licitação supracitada, a empresa: INSTITUTO ALVORECER , inscrito no CNPJ nº 27.709.375/0001-81, vencedora do item, com proposta apresentada no valor total de R$ 6.794.760,00 (seis milhões setecentos e noventa e quatro mil setecentos e sessenta reais). Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Pregoeiro informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://amarante.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. Amarante do Maranhão - MA, em 28 de Outubro de 2022. Clébio Cardoso Pinheiro — Pregoeiro Municipal

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: eyxpoiucqgw20221028141038

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 209/2022 Dispensa de Licitação nº 047/2022 RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO — O PREFEITO MUNICIPAL DE AMARANTE DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, RATIFICA a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2022, para à Locação de um imóvel, localizado na rua Castelo Branco, s/nº, Vila Ribamar Carlota, no Município de Amarante do Maranhão - MA, bem como suas benfeitorias e pertenças, destinando-se ao funcionamento do Depósito de Materiais da Secretaria de Saúde, de interesse da Secretaria Municipal de Saúde. Publique-se para fins de eficácia dos atos praticados. Amarante do Maranhão - MA, 26 de outubro de 2022. JANIO MARINHO VIANA — Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Orçamentária

Publicado por: Clebio Cardoso Pinheiro

Código identificador: 8wxox0dygw720221028141029

AVISO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RESENHA DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 20210525.035/2021

RESENHA DO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 20210525.035/2021 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O SR. KENDAL MILHOMEM MOTA VIANA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2022; CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a alteração do prazo de vigência do contrato original, celebrado em 25 de Maio de 2021, entre as partes acima qualificadas, relativo à locação de imóvel, localizado na Rua Avenida Prefeito Ribamar Carlota, nº 322, Bairro Centro, no Município de Amarante do Maranhão - MA, para funcionamento do Centro Psicossocial da Educação, de interesse da Secretaria Municipal de Educação, de interesse da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente Termo de Aditivo prorroga a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses contados a partir do dia 25 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse da Administração e aceite da parte de acordo com Art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. CLÁUSULA TERCEIRA –DO VALOR DO TERMO DE ADITIVO: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, sendo o valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividida em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão
Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão
Pregão Eletrônico - 019/2022

Datas Relevantes

Publicado	Inicio de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Inicio da Sessão
04/08/2022 21:39	04/08/2022 23:59	11/08/2022 13:00	16/08/2022 08:30	16/08/2022 09:00

Pedidos de Impugnação

Data Pedido	Pedido	Data Resposta	Julgamento	Arquivos
10/08/2022 - 14:13	IMPUGNAÇÃO	15/08/2022 - 12:13	Indeferido	Pedido: IMPUGNAÇÃO - IVIVER X AMARANTE DO MARANHÃO.pdf Julgamento: RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PE 019-2022 - ASSI.pdf

Razões da impugnação no arquivo anexo.

RESPOSTA EM ANEXO

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES À SAÚDE, MEDIANTE TERCEIRIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE AMARANTE DO MARANHÃO MA.	593.885,42	12	MÊS	Homologado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
04/08/2022	EDITAL 019-2022 - ASS.pdf
28/10/2022	RELATÓRIO PREGOEIRO PE 019-2022.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
16/08/2022 - 13:48	Negociação aberta para o processo 019/2022	Você recebeu um novo pedido de negociação no item 1 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
18/08/2022 - 10:26	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 18/08/2022 às 12:26.
19/08/2022 - 10:10	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
24/08/2022 - 11:40	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
24/08/2022 - 13:48	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
25/08/2022 - 08:07	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
01/09/2022 - 11:00	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
05/09/2022 - 13:20	Reabertura da Sessão	Prezados Senhores, devido a instabilidade na internet, o que impossibilitou a reabertura da sessão, marcada para as 11:00hrs do dia 05/09/2022, será reaberta as 16:00hrs do dia 06/09/2022.
07/11/2022 - 10:23	Documentos solicitados para o processo 019/2022	Foram solicitadas diligências no item 0001 do processo 019/2022. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Valor de Referência	Quantidade	Valor Total
0001	Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA.	INSTITUTO ALVORECER	N/C	N/C	566.230,00	12	6.794.760,00

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Garantia Contratual	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que concordo em entregar a garantia contratual, conforme prevê o Artigo . nº. 56 da Lei nº 8.666, no ato da assinatura do contrato.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4° e 5° do art. 26 do decreto 10.024/2019.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

0001 - Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Lance	Valor Total	LC 123/2006
BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	15.077.483/0001-08	10/08/2022 - 10:14:00	n/c	n/c	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Sim
TB DA SILVA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAUDE INTEGRATIVA LTDA	35.982.535/0001-90	12/08/2022 - 14:28:14	N/C	N/C	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Sim
INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	31.297.342/0001-49	15/08/2022 - 15:32:18	N/C	N/C	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Sim
INSTITUTO ALVORECER	27.709.375/0001-81	15/08/2022 - 22:39:31	N/C	N/C	12	R$ 593.071,87	R$ 7.116.862,44	Não
T. DE A. RODRIGUES SERVICOS LTDA	37.584.894/0001-14	16/08/2022 - 00:23:46	N/C	N/C	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Sim
INSTITUTO VIVER	21.851.634/0001-28	16/08/2022 - 06:47:27	N/C	N/C	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Não
IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	12.333.323/0001-86	16/08/2022 - 08:16:23	PRÓPRIO	PRÓPRIO	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Sim
4ID MÉDICOS ASSOCIADOS EIRELI	20.476.731/0001-15	16/08/2022 - 08:29:13	N/C	N/C	12	R$ 593.885,42	R$ 7.126.625,04	Não

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
INSTITUTO VIVER	21.851.634/0001-28	120 dias
IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	12.333.323/0001-86	60 dias
INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	31.297.342/0001-49	90 dias
4ID MÉDICOS ASSOCIADOS EIRELI	20.476.731/0001-15	90 dias
TB DA SILVA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAUDE INTEGRATIVA LTDA	35.982.535/0001-90	60 dias
T. DE A. RODRIGUES SERVICOS LTDA	37.584.894/0001-14	90 dias
BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	15.077.483/0001-08	365 dias

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

INSTITUTO ALVORECER 27.709.375/0001-81 90 dias

Lances Enviados

0001 - Prestação de serviços complementares à saúde, mediante terceirização de profissionais especializados, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Amarante do Maranhão MA.

Data	Valor	CNPJ	Situação
10/08/2022 - 10:14:00	593.885,42 (proposta)	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
12/08/2022 - 14:28:14	593.885,42 (proposta)	35.982.535/0001-90 - TB DA SILVA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAUDE INTEGRATIVA LTDA	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 25/08/2022 08:06:42
15/08/2022 - 15:32:18	593.885,42 (proposta)	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
15/08/2022 - 22:39:31	593.071,87 (proposta)	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 00:23:46	593.885,42 (proposta)	37.584.894/0001-14 - T. DE A. RODRIGUES SERVICOS LTDA	Cancelado - CONFORME ITEM 13.3 DO EDITAL 24/08/2022 13:47:18
16/08/2022 - 06:47:27	593.885,42 (proposta)	21.851.634/0001-28 - INSTITUTO VIVER	Válido
16/08/2022 - 08:16:23	593.885,42 (proposta)	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 08:29:13	593.885,42 (proposta)	20.476.731/0001-15 - 4ID MÉDICOS ASSOCIADOS EIRELI	Válido
16/08/2022 - 13:13:10	590.000,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:14:07	589.350,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:14:47	588.000,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:15:07	587.500,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:15:49	587.300,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:15:58	587.000,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

16/08/2022 - 13:16:07	587.250,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:16:15	586.900,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:16:26	586.442,50	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:16:41	586.400,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:16:53	586.300,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:17:05	586.250,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:17:18	586.000,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:17:22	586.150,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:17:31	585.000,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:17:40	585.950,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:17:53	584.950,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:18:34	584.900,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

16/08/2022 - 13:18:51	584.500,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:19:13	584.300,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:19:17	584.400,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:19:29	584.250,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:19:38	584.200,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:19:55	584.099,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:20:03	584.150,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:20:14	584.080,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:20:26	583.300,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:20:29	584.050,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:20:38	583.000,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:20:50	582.000,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

16/08/2022 - 13:20:57	582.500,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:21:05	581.000,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:21:16	581.900,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:21:25	580.099,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:21:28	581.800,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:21:36	580.080,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:21:40	580.000,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido
16/08/2022 - 13:21:45	579.800,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:22:03	579.790,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:22:07	579.700,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:22:24	579.600,00	37.584.894/0001-14 - T. DE A. RODRIGUES SERVICOS LTDA	Cancelado - CONFORME ITEM 13.3 DO EDITAL 24/08/2022 13:47:18
16/08/2022 - 13:22:27	579.690,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:22:33	579.500,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:22:37	579.590,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:22:43	579.100,00	27.709.375/0001-81 - INSTITUTO ALVORECER	Válido

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827

16/08/2022 - 13:22:46	579.490,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:22:55	579.050,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:22:59	579.000,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:23:16	578.990,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:23:34	578.900,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15
16/08/2022 - 13:23:52	578.500,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:23:59	578.490,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:24:14	575.000,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:24:46	574.950,00	12.333.323/0001-86 - IMCP INSTITUTO DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE PATRIMONIO EIRELI	Cancelado - NÃO ATENDEU AO ITEM 14.3.3-II, DO EDITAL "II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. • A apresentação do Balanço na forma da Lei, deverá atender as normas do Conselho Federal de Contabilidade.", NÃO ATENDEU TAMBÉM AO ITEM 14.3.4-II E III, DO EDITAL "II - Comprovante de inscrição e registro de cada Profissional junto ao Conselho competente; III - Comprovação de vínculo dos profissionais com a empresa proponente seja através de cópia autenticada da CTPS ou de contrato;" 01/09/2022 11:00:00
16/08/2022 - 13:25:05	574.800,00	15.077.483/0001-08 - BRAVO SERVICOS E CONSTRUCOES EIRELI	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, deixando de apresentar a descrição completa do item, e ainda, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS. 19/08/2022 10:09:14
16/08/2022 - 13:25:15	574.600,00	31.297.342/0001-49 - INSTITUTO DE SAUDE DA AMAZONIA - ISAM	Cancelado - Proposta desclassificada por não atender as exigências do item 13.2.1 do Edital, por não apresentar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS 24/08/2022 11:39:15

portal de COMPRAS PÚBLICAS
A autenticidade do documento pode ser verificada no site https://validaarquivo.portaldecompraspublicas.com.br
Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 08/11/2022 às 09:23:29.
Código verificador: 3C8827